

FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

GABRIELA OLIVEIRA DA ROCHA

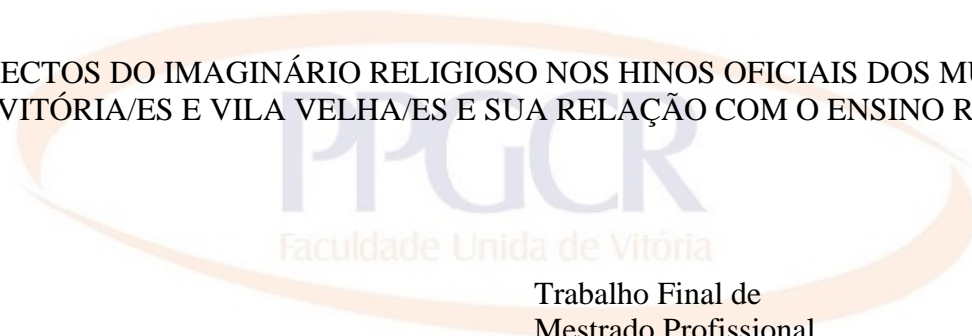
ASPECTOS DO IMAGINÁRIO RELIGIOSO NOS HINOS OFICIAIS DOS MUNICÍPIOS
DE VITÓRIA/ES E VILA VELHA/ES E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO RELIGIOSO



GABRIELA OLIVEIRA DA ROCHA

Certificado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade Unida de Vitória – 30/06/2020.

ASPECTOS DO IMAGINÁRIO RELIGIOSO NOS HINOS OFICIAIS DOS MUNICÍPIOS
DE VITÓRIA/ES E VILA VELHA/ES E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO RELIGIOSO



Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Ciências das Religiões
Faculdade Unida de Vitória
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Ensino Religioso Escolar

Orientador: Dr. José Adriano Filho

Vitória – ES
2020

Rocha, Gabriela Oliveira da

Aspectos do imaginário religioso nos Hinos Oficiais dos Municípios de Vitória/ES e Vila Velha/ES e sua relação com o ensino religioso / Gabriela Oliveira da Rocha. -- Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020. x, 77 f. ; 31 cm.

Orientador: José Adriano Filho

Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2020.

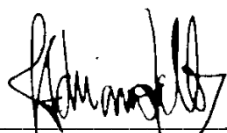
Referências bibliográficas: f. 70-77

1. Ciência da religião. 2. Ensino Religioso Escolar. 3. Ensino religioso. 4. Música. 5. Historiografia. 6. Educação. 7. Imaginário religioso. - Tese. I. Gabriela Oliveira da Rocha. II. Faculdade Unida de Vitória, 2020. III. Título.

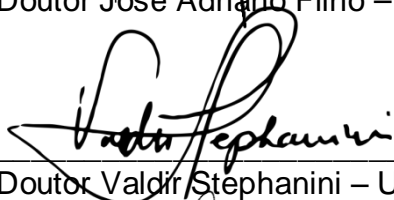
GABRIELA OLIVEIRA DA ROCHA

ASPECTOS DO IMAGINÁRIO RELIGIOSO NOS HINOS OFICIAIS DOS
MUNICÍPIOS DE VITÓRIA/ES E VILA VELHA/ES E SUA RELAÇÃO COM O
ENSINO RELIGIOSO

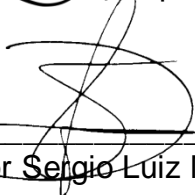
Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões no Programa de Mestrado Profissional em Ciências das Religiões da Faculdade Unida de Vitória.



Doutor José Adriano Filho – UNIDA (presidente)



Doutor Valdir Stephanini – UNIDA



Doutor Sergio Luiz Marlow – UFES

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai e Criador, pelo dom da vida, saúde, pela inspiração. A Ele toda honra e glória, para todo o sempre, Amém!

À minha querida mãe, Adelina, meu porto seguro, que me suportou, me acolheu quando chorei, esteve ao meu lado me acompanhando em muitas madrugadas enquanto estudava. A essa pessoa maravilhosa que sei que me ama, e que se hoje estou de pé e consegui concluir este curso, devo a ela, pois sei que com suas orações e súplicas tem me sustentado até aqui.

Aos/às meus/minhas amigos/as e irmãos/ãs, Felipe, Ester, Rodrigo, Daniely, Bárbara, Camila, Evandro e Jussara, por me incentivarem, acompanharem, ajudarem e acreditarem na minha capacidade. Agradeço à compreensão pelas minhas ausências e forças que me deram em vários momentos, saibam que vocês moram em meu coração.

À Luciane, por acreditar em mim e topar o desafio de fazer o mestrado.

Às colegas de profissão Beth, Roseliene e Ivani e, agradeço imensamente pela motivação que me deram para iniciar e concluir este curso. Ajudaram-me em muitos momentos.

A todos os meus colegas de turma, por todos os bons momentos vividos durante as aulas, pelas idas ao café nas tardes, pelas boas gargalhadas nas aulas, pelos dias que almoçamos juntos. Foi tão bom por termos conseguido escrever mais uma página da nossa história.

Ao Prof. Dr. José Adriano Filho, meu orientador, pela segurança e liberdade que me proporcionou em cada etapa da pesquisa, pela oportunidade de aprendizado e por toda valiosa atenção nesta dissertação.

Aos Professores Doutores: Abdruschin Schaefer e Valdir Stephanini pelas valiosas contribuições na qualificação.

À querida Luana, secretaria do mestrado, pela acolhida, simpatia e competência, estando sempre pronta a resolver nossas solicitações.

Aos amigos da vida, Tia Jê pelo interesse e apoio durante este empreendimento.

Enfim, agradeço a todos/as que de alguma forma contribuíram para a concretização deste estudo.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais “Adelina” e “Gabriel” (*in memoriam*).

Aos amantes da música, estudantes e cientistas da Religião.





EPÍGRAFE

“Aquela vivência pertence (como no caso de ‘Juventude’) aos tempos anteriores quando eu sequer imaginava transmitir algo com minha pena para o papel. O quanto dela é ‘realidade’, cabe aos leitores determinar. Alguém poderá conseguir capturar alguns fatos aqui e acolá. Os mais hábeis poderão torná-los mais reais e, com isso, toda a composição mais interessante. Mas neste ponto nos aproximamos da região oculta dos valores artísticos, uma região imprópria e de fato muito perigosa para eu ingressar. Examinei as provas, corrigir um ou dois erros de impressão, alterei uma ou outra palavra... isso foi tudo”.

Joseph Conrad

RESUMO

Estudo sobre o imaginário religioso presente nos hinos oficiais dos municípios de Vila Velha – ES e da Cidade de Vitória – ES, pensando o campo do Ensino Religioso na Educação Básica. Este estudo foi realizado para iniciar uma reflexão acerca do processo de ensino-aprendizagem de maneira a compreender os hinos como parte da história, da cultura, da municipalidade, nos cotidianos das escolas capixabas e práticas pedagógicas, oportunizando um diálogo intercultural com a educação, a música e a religião através do imaginário religioso. Dessa forma, busca-se compreender a formação do imaginário religioso das crianças e adolescentes dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. A pesquisa teve como questão problema: “Qual é o imaginário religioso nos hinos oficiais dos municípios de Vila Velha e Vitória, no Estado do Espírito Santo?” O problema de pesquisa serviu como ponto de partida para analisar a hinologia cívica capixaba, ressaltando elementos do imaginário religioso. Para tanto, recorreu-se a estudos de Vygotsky, Wallon, Gardner, Custódio, Klein, Arroyo, Eliade dentre outros estudiosos. Teve como objetivo geral descrever considerações pedagógicas sobre o imaginário religioso dos hinos dos municípios de Vila Velha e Vitória. E, como objetivos específicos identificar fatores que contribuem para elucidar o significado do imaginário religioso, apresentar análise do aspecto religioso dos hinos pesquisados, e demonstrar a importância do imaginário, da memória e da identidade do povo capixaba, por meio da literatura e do componente curricular do Ensino Religioso. Quanto ao tipo de pesquisa procurou-se legitimar como suporte teórico metodológico, respeitando a característica do tema escolhido, a observação científica que é uma metodologia qualitativa e que compreende numa pesquisa exploratória, qualitativa e descritiva a investigação do conteúdo bibliográfico. Assim, o estudo se apresenta em três capítulos: educação pública e religião; a música na educação; e o imaginário religioso nos hinos cívicos, dos municípios pesquisados. Conclui-se que, na análise dos hinos das cidades pesquisadas, a presença do imaginário religioso é real e muito significativa para a sociedade de um modo geral, tendo em vista o processo de colonização, a história da ocupação do solo e a religiosidade dos povos que ocupam as cidades descritas nesta pesquisa.

Palavras-chave: Música. Hinologia. Educação. Ensino Religioso. Imaginário Religioso.

ABSTRACT

This is a study about the religious imaginary, present in the official anthems of the municipalities of Vila Velha (ES) and Vitoria (ES), in relation to the field of Religious Education in Elementary Education. This study was accomplished to promote thinking in relation to the process of teaching-learning, in order to understand the anthems as part of history, culture, and municipalities, in the daily routines and pedagogical practices, to establish an intercultural link with education, music and religion. Therefore, one seeks to understand the constitution of the religious imaginary of children and adolescents of the early and final stages of Elementary Education. The research question was: “What is the religious imaginary of official anthems from the municipalities of Vila Velha and Vitória, in the state of Espírito Santo?” The question served as a starting point to analyze the civic hymnology of Espírito Santo, to highlight elements of the religious imaginary. In order to accomplish this goal, one used the studies of Vygotsky, Wallon, Gardner, Custódio, Klein, Arroyo, Eliade and others. The main objective was to describe the pedagogical issues in the religious imaginary of the anthems of the municipalities of Vila Velha and Vitoria. As specific objectives, one tried to identify the aspects that support the identification of the religious imaginary, present an analysis of the religious aspect in the anthems chosen, and show the importance of the imaginary, memory and identity of the people from Espírito Santo, through literature and the curriculum of Religious Education. In relation to the research type, one tried to validate, as a theoretical support for methodology, considering the characteristic of the topic chosen, the scientific observation, which is a qualitative methodology, and which includes, in exploratory, qualitative and descriptive research, the analysis of bibliographic contents. Therefore, this study presents three chapters: public education and religion; music in education; the religious imaginary in civic anthems of the chosen municipalities. One concludes that, in the analysis of the cities chosen, the presence of the religious imaginary is real and very meaningful for the society in general, considering the process of colonization, the history of the occupation of territories, and the peoples who live in the cities described in this study.

Keywords: Music. Hymnology. Education. Religious Education. Religious Imaginary.

LISTA DE SIGLAS

a.C. – Antes de Cristo.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

d.C. – Depois de Cristo.

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

DNEDH – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ECRIAD – Estatuto da Criança e do Adolescente.

ER – Ensino Religioso.

ES – Espírito Santo.

FONAPER – Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC – Ministério da Educação.

MPB – Música Popular Brasileira.

PCNER – Parâmetros Curriculares Nacional de Ensino Religioso.

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacional.

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 EDUCAÇÃO PÚBLICA E RELIGIÃO.....	15
1.1 A presença do Ensino Religioso na escola pública laica.....	15
1.2 O componente curricular de Ensino Religioso: aspectos históricos e legais.....	26
2 A MÚSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	30
2.1 O processo de aprendizagem da criança.....	37
2.2 O contexto da formação musical na escola e sua inscrição no campo imaginário.....	41
2.2.1 A formação musical.....	42
2.2.2 O civismo e sua importância para a formação da criança.....	44
2.2.3 A música e o campo imaginário.....	46
3 IMAGINÁRIO RELIGIOSO E HINOS OFICIAIS.....	52
3.1 Procedimentos metodológicos e contextualização da pesquisa.....	52
3.2 Contextualização histórica dos hinos cívicos capixabas.....	54
3.3 Aspectos da hinologia cívica.....	58
3.4 Análises do imaginário religioso nos hinos cívicos.....	60
3.4.1 Hino do município de Vila Velha.....	60
3.4.2 Hino do município de Vitória.....	63
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

A pesquisa busca evidenciar a presença de elementos do imaginário religioso, implícitos nas letras dos hinos cívicos das cidades de Vila Velha e de Vitória, que aparentam estar associados às crenças do povo capixaba, propondo reflexões a respeito da hinologia cívica, dos aspectos do imaginário religioso, expressos em seu contexto histórico e cultural, e nas práticas educativas da escola pública compreendendo a formação do imaginário religioso das crianças e adolescentes dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, da Educação Básica.

As análises acerca das recentes políticas públicas da educação para o Ensino Religioso têm levado a discussão de novas concepções que possam propor formas que visem ajudar o/a aluno/a a construir seu conhecimento, definindo novas possibilidades de aprendizagem.

No cenário musical, a explicação conceitual agrega a importância da música na educação e entorno dessa temática figuram-se representações culturais importantes do imaginário ao lado da historicidade e interculturalidade, ao idealizar um lugar em que expressões culturais e simbologias retratam a história e facilitam a compreensão do imaginário religioso, pois o trabalho pedagógico realizado na sala de aula com a música é uma proposta motivadora, que abre espaço para uma multiplicidade de oportunidades e contribui para o desenvolvimento dos/das alunos/as. Ao inserir os hinos cívicos como recurso metodológico na prática diária, se pode promover com mais facilidade o processo de aquisição do conhecimento, conservação da cultura e, também, como instrumento de cidadania.

Segundo Souza e Joly:

Independente do seu papel dentro da sociedade, a música exerce forte atração sobre os seres humanos, fazendo mesmo que de forma inconsciente que nos relacionamos com ela, muitas vezes quando a ouvimos começamos a nos familiarizar, movimentando o corpo ou cantarolando pequenas partes da melodia.¹

A música existe com uma produção cultural, pois desde que o ser humano existe faz parte do seu cotidiano. Acredita-se que a música tenha surgido acerca de cinquenta mil anos, nas tribos africanas, crescendo então pelo mundo num breve período de tempo. A música tem uma capacidade de transpassar os sentimentos, atitudes e valores culturais de uma nação ou

¹ SOUZA, Carlos Eduardo; JOLY, Maria Carolina Leme. A importância do ensino musical na educação infantil. *Cadernos da Pedagogia*. São Carlos, ano 4, v. 4, n. 7, p. 96-110, jan/jun. 2010.

povo, a música é um idioma local e global.

A escolha do tema justifica a pesquisa tendo em vista a representatividade da música a partir das experiências vividas em família e na expressão religiosa que foi adotada pela autora deste estudo. Nessa perspectiva, o interesse tornou-se evidente, uma vez que a linha de atuação proposta por este mestrado, denominada de “religião e sociedade”, se apresenta relevante ao reafirmar que a música nos diversos espaços públicos pode se tornar pedagogicamente significativa.

Este estudo se situa no contexto do imaginário religioso presente em dois hinos oficiais que comumente são cantados em eventos públicos e, também, nas escolas públicas municipais de Vila Velha – ES e da Cidade de Vitória – ES (capital do estado do Espírito Santo), respectivamente: o Hino da Cidade de Vila Velha e o Hino da Cidade de Vitória. Dessa forma, o eixo educação pode estimular pesquisas sobre o campo do Ensino Religioso na Educação Básica, mais precisamente, no Ensino Fundamental, de modo a iniciar uma reflexão acerca do processo de ensino-aprendizagem buscando compreender os hinos como parte da história, da cultura, da municipalidade, nos cotidianos e nas práticas pedagógicas, oportunizando um diálogo intercultural com a educação, a música e a religião, buscando compreender a formação do imaginário religioso das crianças e adolescentes dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

Assim, busca-se responder a seguinte questão problema: “qual é o imaginário religioso nos hinos oficiais dos municípios de Vila Velha e Vitória, no estado do Espírito Santo?”. Esse problema de pesquisa serve como ponto de partida para analisar a hinologia cívica capixaba, ressaltando elementos do imaginário religioso, de modo que proporcione a discussão sobre o ER no Ensino Fundamental das escolas públicas.

Procurou-se delimitar os eixos explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), considerando que,

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.²

² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 04.

Para apresentar teorias sobre o processo de desenvolvimento da criança, recorreu-se a estudos de Queiroz, Andrade, Vieira, Ribeiro, Croatto, Tillich e as contribuições de Gardner que institui a música como uma forma de inteligência no campo das inteligências múltiplas. Outros renomados autores que contribuem na discussão do tema, além de legislações vigentes para o conteúdo de Ensino Religioso (ER) nas escolas de Educação Básica, especificamente no Ensino Fundamental, também serão citados nesta pesquisa.

Cabe destacar que o objetivo geral é: Descrever sobre a representação do imaginário religioso em hinos oficiais capixabas e através do Ensino Religioso levantar considerações pedagógicas importantes de forma a evidenciar este imaginário religioso que está presente nos hinos dos municípios de Vila Velha e Vitória. Como objetivos específicos: Identificar fatores que contribuem para elucidar o significado do imaginário religioso; apresentar análise (do aspecto religioso) dos hinos pesquisados; demonstrar a importância do imaginário, da memória e da identidade do povo capixaba (residentes no Estado do Espírito Santo), por meio da literatura e do componente curricular do ER.

A revisão bibliográfica que fundamenta o presente estudo possibilita a reflexão da existência do imaginário religioso, a discussão das políticas públicas propostas para o Ensino Religioso e a Ciências das Religiões que aborda: de um lado o fenômeno do crescimento religioso e do outro lado o distanciamento que trazem novos paradigmas. Tal análise tem a intenção de (re) afirmar que há articulação entre a música, a educação, o civismo e a religião por meio do imaginário religioso, objetivando demonstrar a importância do imaginário, da memória e da identidade do povo do Estado do Espírito Santo.

A metodologia de pesquisa utilizada possui caráter exploratório de natureza bibliográfica, em que se discute sobre o imaginário religioso presente nos hinos oficiais dos municípios de Vila Velha e Vitória, considerando que essa última é a capital do Estado.

Nesse sentido, o presente estudo apresenta-se em três capítulos que respondem aos objetivos delimitados: Capítulo 1 – Educação pública e religião, com ênfase à presença do ER na escola pública laica e os aspectos legais do Ensino Religioso; No Capítulo 2 – A música na educação, destacando o processo de aprendizagem da educação musical no Ensino Fundamental, o contexto da formação musical na escola e sua inscrição no campo do imaginário; essa última seção contempla ainda esclarecimentos a respeito: da importância do civismo para a formação da criança. Capítulo 3 – Imaginário religioso e os hinos cívicos das cidades de Vila Velha e Vitória, seção destinada aos procedimentos metodológicos, contextualização histórica dos referidos hinos, aspectos da hinologia cívica capixaba e a

análise do imaginário religioso nos hinos cívicos capixabas, delimitados na pesquisa.

Quanto à relevância social, as implicações práticas e ao valor teórico metodológico desta pesquisa se consideram a grandeza do papel social da escola, no processo ensino-aprendizagem da criança e do adolescente, sobre a importância do papel do ER no que tange a referência histórico-cultural que o imaginário religioso apresentado nos hinos descritos durante a pesquisa e que podem despertar nos sujeitos, o conhecimento da história da hinologia capixaba.



1 EDUCAÇÃO PÚBLICA E RELIGIÃO

Desenvolvido com base em pesquisa de caráter bibliográfico, este primeiro capítulo tem por objetivo principal apresentar relato sobre a laicidade do Estado brasileiro, na educação, pois é notório, o fenômeno religioso, em seus diversos segmentos tanto no Brasil, quanto no restante do mundo, principalmente, no que diz respeito à constituição das identidades socioculturais que interagem principalmente, nos campos da religião e da educação. Em seguida descrever, brevemente, sobre quais as referências que a BNCC faz a respeito do ER. Por último, uma abordagem teórica sobre a questão do imaginário entre os limites da educação e da religião.

1.1 A presença do Ensino Religioso na escola pública laica

O ER no Brasil, legalmente aceito como parte dos currículos das escolas oficiais do Ensino Fundamental, na medida em que envolve a questão da laicidade do Estado, a secularização da cultura, a realidade socioantropológica dos múltiplos credos e a face existencial de cada indivíduo, torna-se uma questão de alta complexidade e de profundo teor polêmico.³

Custódio e Klein afirmam que:

No Brasil, a presença do Ensino Religioso nas escolas não é objeto de consenso democrático. Nas últimas décadas o Ensino Religioso no Brasil tem sido alvo de debates, quanto à compreensão de sua natureza e seu papel na escola, como disciplina regular do currículo. No Brasil o Ensino Religioso é legalmente aceito como disciplina escolar e sua trajetória inicia com a colonização portuguesa e tem sido marcada por grande complexidade e teor polêmico, pois oculta dialética entre secularização e laicidade no interior de diferentes contextos históricos e culturais.⁴

Após séculos, “a religião tem apresentado esse paradoxo que, por um lado ajuda as pessoas a viverem melhor e a encontrarem esperanças; mas, por outro, é inegável que é usada para excluir e dividir grupos”.⁵ A existência de polêmicas em torno da intolerância religiosa tem sido motivo de sofrimentos e guerras. Conforme Marion Brepohl,

³ CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a igreja e o estado no Brasil. *Educação em Revista*, n. 17, jun., Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1993. p. 20-37.

⁴ CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; KLEIN, Remi. Ensino Religioso e o diálogo inter-religioso nas escolas públicas: um desafio a ser enfrentado. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 36, p. 64-79, jan./abr. 2015. p. 66. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2425/2321>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

⁵ CURY, 1993, p. 24.

A laicidade se insurgiu contra a hegemonia da Igreja Católica, não apenas como força política, mas também como orientadora dos valores e conteúdos do ensino e da educação. Contudo, observa-se que, quando se analisam os diferentes Estados nacionais, não há uniformidade de compreensão e de operacionalização dos princípios da laicidade, pois, em todo o mundo, a relação entre religião e a vida pública é extremamente variada, revelando que há diversos modelos, bem como que há disputa entre esses mesmos modelos. Durante a Guerra Fria, por exemplo, muitas foram as autoridades que adotaram políticas baseadas em verdades religiosas. Do mesmo modo, ações extremistas incentivaram a violência bélica em diversas regiões, nas quais diziam haver ameaças aos valores democráticos e cristãos.⁶

Nesse campo, Carlos Roberto Jamil Cury observa que:

A laicidade é um dos componentes mais fundamentais da Modernidade. Trata-se da separação da Igreja e do Estado e de aceitação da vida sociopolítica como autoprodução humana. Essa separação é condição para romper com uma visão organicista da sociedade em prol de uma concepção democrática. Em outros termos, vai-se do teocratismo hierárquico ao antropocentrismo democrático. Entre idas e vindas e contradições, o domínio religioso na vida secular foi cedendo espaço para que o Estado assumisse a condição de autoridade e lugar de exercício do poder como representante do conjunto de cidadãos. Essa realidade de paradigmas gerou polêmicas quanto aos limites entre o livre exercício de crer e de cultuar e a autonomia dos cidadãos em se colocar como poder legítimo de fazer do contrato social a origem do poder e da ereção das leis.⁷

Diante do exposto, observa-se que a laicidade é a separação entre a religião e o Estado, principalmente no âmbito político/administrativo, mas ao mesmo tempo em que se afirma existir essa separação percebe-se que ela ainda se encontra no seio da sociedade em diversos aspectos. Assim, entende que isso não significa que a laicidade seja vazia de valores ou encontra-se num entre lugares, mas de certa forma está no governo. Ao contrário, o respeito às doutrinas e à fé religiosa demonstra que toda escolha pessoal, subjetiva e particular merece a consideração de todos. Mesmo porque, há dispositivos no ordenamento jurídico pátrio que exigem obediência aos parâmetros estabelecidos. É o caso, por exemplo, do 1.º artigo da Constituição Federal, que apresenta, entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.⁸

Assim, a questão deixa de ser apenas religiosa, passando para o campo da ética, como afirma Croatto: “Mesmo que a finalidade da vivência religiosa seja transcendente (por enquanto, ‘o sagrado’), trata-se de uma experiência humana, própria do ser humano e

⁶ BREPOHL, Marion. Estado laico e pluralismo religioso. *Estudos de religião*, vol. 30. n.º 1, p. 127-144, jan./abr. 2016. p. 128.

⁷ CURY, Carlos Roberto Jamil. A formação de professores e a laicidade no ensino superior. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 27, n.º 65, p. 311-327, 2018. p. 316.

⁸ CURY, 2018, p. 317.

condicionada por sua forma de ser e pelo seu contexto histórico e cultural”.⁹

A mesma estratégia pode ser observada na proposta para o ER na escola pública, porque, não podendo mais se falar em nome de uma tradição, o leque se abre para as demais tradições, de forma que não possa ser questionada quanto ao caráter proselitista, para que possa ser partilhada por todos na sociedade.¹⁰ Com isso, todos os grupos religiosos são beneficiados, tanto que diferentes denominações religiosas, com concepções distintas, se uniram para defender o ER nas escolas públicas.

No Brasil, segundo Riske-Koch, Oliveira e Pozzer, a formação de professores/as para o ER passou a seguir os procedimentos adotados nas demais áreas de conhecimento, assegurando a esses profissionais as competências e as habilidades necessárias para o estudo da diversidade cultural religiosa no cotidiano educacional. Desde então, sólida formação no campo da Educação e das Ciências das Religiões passou a ser considerada entre os/as professores/as e investigadores/as da área, como condição para o tratamento pedagógico dos fenômenos religiosos na escola, a partir de uma perspectiva inter-religiosa e intercultural.¹¹

Tânia Conceição Iglésias Amaral, ao analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER), ressalta a estratégia utilizada pelos organizadores do documento ao substituírem o conceito tradicional do termo *religião*, *religar* a Deus, para o sentido de releitura do fenômeno religioso, tendo como substrato as Ciências das Religiões, como filosofia, história, sociologia e antropologia da religião. Essa estratégia objetivou a passagem do âmbito religioso para o âmbito secular.¹²

Nesse sentido, após a aprovação da Lei Federal nº 9.475/1997, que alterou o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ocorreu a publicação dos PCNER.¹³ É necessário destacar o fato de que, diferente das demais áreas do Ensino Fundamental, o ER não teve seus parâmetros elaborados por comissão instituída pelo Ministério da Educação (MEC), mas por entidade civil composta por professores/as cristãos/ãs. Na análise de Sérgio Rogério Azevedo Junqueira,

O Ensino Religioso, para a sua construção estrutural e explicitação, necessitou vincular-se a uma ciência de referência: a Educação. No campo do ensino, dialogou

⁹ CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. tradução de Carlos Maria Vásquez Gutiérrez. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 41.

¹⁰ MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna: entre a secularização e a dessecularização*. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 454.

¹¹ RISKE-KOCH, Simone; OLIVEIRA, Lilian Blanck de; POZZER, Adecir. *Experiências em cursos de ciência(s) da(s) religião(ões) no Brasil*. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2017. p. 16.

¹² AMARAL, Tânia Conceição Iglésias. *Análise dos parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras*. Maringá: UEM, 2003. p. 69.

¹³ AMARAL, 2003, p. 70.

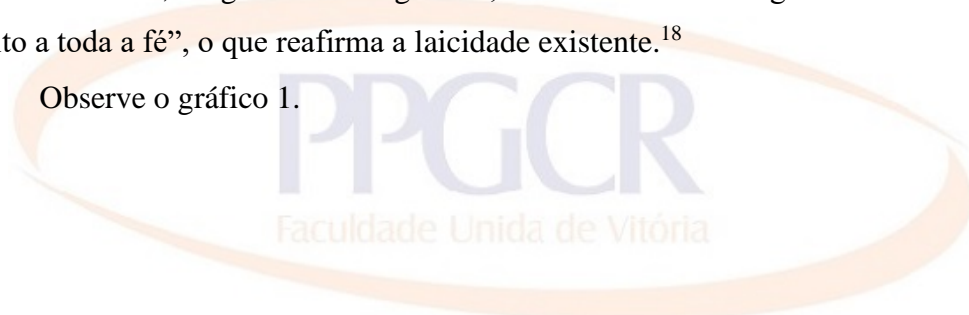
com os elementos pedagógicos permitindo uma estrutura em que a linguagem e o fenômeno estejam explícitos e, desta forma, o componente permita enfrentar situações, construir argumentações e elaborar propostas. De tal forma que pudesse contribuir para a leitura e a interpretação da realidade, estabelecendo a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de forma autônoma.¹⁴

Para Miguel Gonzáles Arroyo, a partir do pressuposto de que o ER é parte da formação do ser humano como cidadão, seu ordenamento curricular deve contemplar todos os aspectos. Por isso, a definição dos conteúdos para essa área do conhecimento constitui ponto polêmico da implantação desse componente curricular.¹⁵

Ocorre que as entidades civis que se ocupam da elaboração dos conteúdos do Ensino Religioso são constituídas por representantes cristãos, porém, ainda conforme Arroyo, a organização de currículo que promova a educação básica plena requer habilidade para não privilegiar a tradição religiosa em detrimento de outras.¹⁶

O Brasil possui grande diversidade religiosa, advinda de colonizadores europeus, escravos africanos, imigrantes e indígenas¹⁷, tal diversidade “assegura a liberdade de culto e o respeito a toda a fé”, o que reafirma a laicidade existente.¹⁸

Observe o gráfico 1.



¹⁴ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso. *REVER*, ano 15, n. 2, p. 10-25, jul./dez. 2015. p. 18.

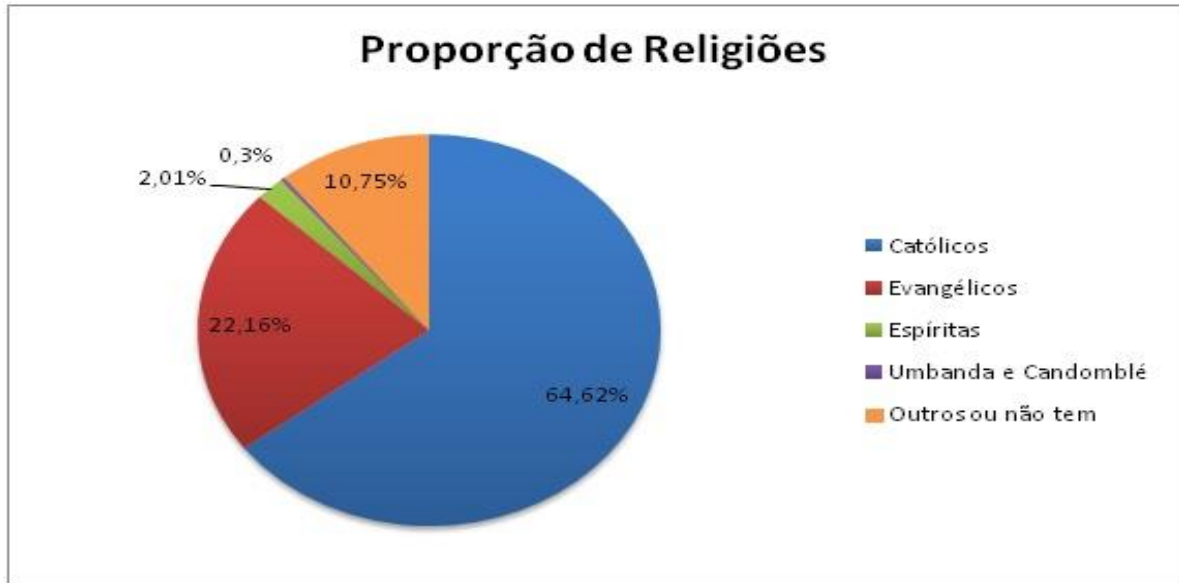
¹⁵ ARROYO, Miguel Gonzáles. *Indagações sobre currículo: educandos e educadores – seus direitos e o currículo*. Brasília: Ministério da Educação, 2008. p. 38.

¹⁶ ARROYO, 2008, p. 39.

¹⁷ JACOB, César Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe; BRUSTEIN, Violette. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 140.

¹⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. *A diversidade religiosa no Brasil*. Fotografia. 10. mai. 2019. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1633179524437107-a-diversidade-religiosa-no-brasil>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Gráfico 1: Proporção de Religiões no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística (IBGE).¹⁹

Os evangélicos totalizam 22,16%; os espíritas, da Umbanda e do Candomblé somam 2,04% - com representação minoritária; os católicos são a maioria com quase 65%; e os sem religião 11%, aproximadamente.

A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8 %, evangélicos não determinados. A pesquisa indica também o aumento do total de espíritas, dos que se declararam sem religião, ainda que em ritmo inferior ao da década anterior, e do conjunto pertencente às outras religiosidades.²⁰

Tal diversidade não se distribui na mesma proporção, e segundo o Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística (IBGE), houve “crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil”.²¹

Para Arroyo, os currículos organizam conhecimentos, culturas, valores, técnicas e artes a que todos têm direito, o ordenamento curricular do ER tem por desafio romper as hierarquias sedimentadas ao longo dos anos.²²

Os autores Bastos, Kreutz e Tambara acreditam que a diversidade cultural se

¹⁹ Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

²⁰ JACOB, César Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe; BRUSTEIN, Violette. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 140.

²¹ IBGE, 2010.

²² ARROYO, 2008, p. 39.

constitui num terreno fértil para justificar a inclusão do Ensino Religioso no currículo, garantindo o espaço dessa disciplina na escola pública brasileira. O que corrobora com os PCNER, tendo em vista que apresentam proposta pedagógica com base no ideal de fraternidade universal, sem a qual a paz permanecerá como sonho inatingível.²³

No ER, pelo espírito de reverência às crenças alheias, e não só pela tolerância, desencadeia-se o respeito mútuo que pode conduzir à paz. Tal argumento justifica a presença do ER na escola pública brasileira como instrumento capaz de formar o conceito de tolerância, evitando o preconceito e a discriminação. No entanto, esse conceito deve ser analisado sob diferentes perspectivas.²⁴

Ademais, vale destacar as observações de Lurdes Caron considerando que:

Na história da educação brasileira o Ensino Religioso tem se deparado com questões como: a compreensão da expressão Ensino Religioso Escolar; seus conteúdos; o currículo manifesto; a falta de professores na docência de cursos de formação e no cotidiano da sala de aula; o gerenciamento administrativo para a prática e a efetivação da docência e da manutenção da disciplina de Ensino Religioso no projeto pedagógico. Atualmente, vários fatores, na história do Ensino Religioso, a partir de 1988, contribuíram e estão contribuindo para o novo que emerge que desafia e inquieta. Desafiam e inquietam professores e pessoas envolvidas no processo de re/organização e efetivação do Ensino Religioso como um componente curricular, bem como autoridades religiosas e gestores na/da Educação.²⁵

Com a aprovação da Lei Federal n.º 9.457/1997 (PCNER) o ER assumiu novo modelo baseado no pluralismo e no diálogo inter-religioso, o que reflete essa tendência de aproximação entre as religiões. Para Dickie e Lui, a presença dessa área do conhecimento nas escolas públicas representa a tentativa de recuperação das religiões no espaço público, por meio da legitimação de autoridade sobre a vida cotidiana.²⁶

Todavia, essas tentativas se fazem sobre novas bases, mais democráticas e preocupadas em respeitar as individualidades e singularidades presentes no esforço conjunto do grupo estratégico²⁷. E para Custódio e Klein,

O difícil e arriscado desafio do diálogo inter-religioso consiste em apontar e demonstrar a possibilidade de um horizonte de conversação alternativa; de indicar que a violência religiosa não faz parte da essência da religião, mas constitui desvio ou traição do dinamismo mais profundo que anima a relação do ser humano com o absoluto. A diversidade religiosa deve ser reconhecida não como expressão da limitação humana ou fruto de uma realidade conjuntural passageira, mas como traço

²³ BASTOS; KREUTZ; TAMBARA, 2002, p. 70.

²⁴ BASTOS, 2002, p. 71.

²⁵ CARON, 2014, p. 634.

²⁶ DICKIE, Maria Amélia Schmidt; LUI, Janayna de Alencar. *O Ensino Religioso e a interpretação da lei*. Porto Alegre: PUC-RS, 2005. p. 15.

²⁷ CUSTÓDIO; KLEIN, 2015, p. 72.

de valor e riqueza. Nesse sentido, acredita-se que um Ensino Religioso bem ministrado, sem caráter confessional, pode ser de grande importância para minimizar os problemas acima abordados.²⁸

Tomaz Tadeu da Silva chama a atenção para a instalação nas escolas de um currículo oculto, que seria constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial explícito, contribui, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes²⁹. Porém, é preciso também indagar que interesses estão por trás das imposições curriculares oficiais. Será que o peso das representações políticas católicas e evangélicas influenciou a composição da lei que apresenta o ER como parte integrante da matriz curricular oficial? Com que objetivo esse ensino permanece na escola pública? Domesticação, doutrinação, alienação, adequação?

A implementação da disciplina do ER dentro do currículo regular, conforme os PCNER se justifica a partir da constatação de que, desde os primórdios da história, o ser humano se defronta com situações limites: a enfermidade, a morte, a separação, o heroísmo entre tantas outras³⁰. Diante desses acontecimentos, as pessoas se questionam sobre: Quem são? Por que estão aqui? Para onde vão? O que acontece após a morte? Qual é o sentido da vida? E na tentativa de responder tais questões surge o conhecimento religioso.³¹ As respostas a tais indagações são a razão da busca pelos seres humanos, para desvendar o mistério, a fragilidade e a finitude.

Nessa perspectiva, como consequência, surgiram manifestações religiosas e filosóficas. Assim, o saber religioso é o conjunto das respostas às questões fundamentais da vida. Aqui se pode identificar estreita relação entre a forma como se optou ministrar o Ensino Religioso e o pensamento de José Carlos Libâneo, o qual ressalta a prática educativa como parte das relações e da organização social, onde os processos educativos são determinados por interesses antagônicos.³²

Frente ao exposto, entende-se que os procedimentos metodológicos no ER devem possibilitar relação dialética e o fazer pedagógico dinâmico, permitindo a interação e o diálogo no processo de construção e socialização do conhecimento, de maneira que

²⁸ CUSTÓDIO; KLEIN, 2015, p. 73.

²⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 12.

³⁰ SILVA, Elielson das Neves da. *O Ensino Religioso e a formação de professores de Vila Velha*. Vitória: Faculdade Unida, 2015. p. 33.

³¹ COSTA NETO, Libanio Lopes. *Um estudo sobre o estado laico e o Ensino Religioso no município de Santarém/PA, 2008-2014*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2015. p. 60.

³² LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 44.

professor/a e aluno/a, juntos, possam dar novo sentido ao conhecimento. Para tanto, sugere-se um ponto de partida para a introdução do assunto a ser estudado seguindo a observação, reflexão e informação.

De acordo com o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) apud Silva, esses momentos se interligam por meio de dinâmicas fundamentadas em princípios tais como: valores éticos, sociais, políticos e religiosos, visando integrar os/as alunos/as em seu contexto social, o que proporciona a participação efetiva por meio de temas transversais, abordando assuntos relacionados ao cotidiano, levando a questionar, discutir e opinar sobre determinados temas para gerar maior discernimento.³³

Com isso, o aspecto religioso recebe enfoque especial de abordagem. Contudo, torna-se interessante ressaltar que, a preocupação maior é a de compreender e encará-lo no contexto universal, ou seja, não depositando a visão sectarista e fechada de uma crença específica. A ideia é transmitir e despertar nos/as alunos/as o sentimento de respeito, amizade e amor pelo próximo, valores esses positivos a serem considerados na formação do ser humano.³⁴

Nessa direção, o ER é diferente da aula de religião, da escola bíblica, catequese, ou, ainda, de qualquer modelo de doutrinação, não se pressupondo a adesão e o proselitismo, ou a propagação de determinada religião, especificidade e decodificação, ou análise das manifestações do sagrado, possibilitando ao/a aluno/a a compreensão do fenômeno religioso como fato cultural e social, bem como uma visão global de mundo e de pessoa promovendo o respeito às diferenças no convívio social. O que se pode constatar na visão de Thales de Azevedo,

Historicamente, as redes de ensino têm dificuldades e conflitos para ministrar as aulas de Ensino Religioso por causa da complexidade do seu conteúdo do pluralismo religioso. Tais dificuldades surgem porque os professores/as de Ensino Religioso insistem em catequizar e educar na fé os/as alunos/as, fato no mínimo questionável, haja vista a existência de várias denominações eclesiais entre os alunos. Os conflitos se estabelecem porque há pais que não acreditam em determinados conceitos religiosos apresentados aos filhos como único dogma de fé, ou não os admitem.³⁵

Nesse contexto, o ER, como área de conhecimento e componente da matriz curricular integrante do Ensino Fundamental, inclui o desenvolvimento do cotidiano escolar e a avaliação das ações, cuja função é aprofundar conhecimentos, propondo questionamentos

³³ SILVA, 2015, p. 34.

³⁴ COSTA NETO, 2015, p. 61.

³⁵ AZEVEDO, Thales de. *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 20.

para informar, esclarecer, discernir, participar e decidir, orientando os/as alunos/as no exercício da cidadania. Na prática desses procedimentos, incluem-se os princípios éticos, estéticos e políticos para a construção do pensamento crítico e criativo, de modo que cada aluno/a construa sua identidade e autonomia.

Junqueira evidencia que:

O Ensino Religioso, estabelecido a partir da migração da religião para a escola como estratégia que tinha por objetivo principal garantir a manutenção de cristandade, foi sendo alterado em decorrência da alteração do cenário da escola, do aprimoramento do projeto pedagógico, o que passa a ser exigida a escolarização deste componente do currículo [...]. Com a referência à Teologia, entretanto, o respeito à sociedade brasileira, laica e plural, é fundamental para qualquer componente curricular subsistir no espaço escolar.³⁶

No contexto desta pesquisa compreende-se o ER, no sentido de permitir aos/às professores/as e alunos/as as mais diversas formas de socializar os conhecimentos produzidos, compartilhar experiências e descobertas advindas da experiência sócio cultural em que se possa encontrar elementos do imaginário religioso.

Destaca-se que nos PCNs específicos do ER, os PCNER, se encontram os elementos que norteiam a prática avaliativa, classificando a avaliação inicial, processual, formativa e final, em cada eixo temático, culturas e tradições religiosas, textos sagrados, teologias e ritos em forma didática que permita a avaliação da aprendizagem, a fim de que cada aluno/a possa: a) crescer no respeito às diferenças do outro; b) estabelecer diálogo, conviver de forma pacífica, aprofundando as razões históricas de sua tradição religiosa; c) entender o sentido da vida a partir das respostas elaboradas pelas tradições religiosas, desenvolvendo o diálogo com segurança.³⁷

Em sua análise histórica, João Décio Passos apresenta três modelos para se trabalhar o Ensino Religioso: o catequético, o teológico e o das Ciências das Religiões. Sendo que: o catequético corresponde ao modelo de Ensino Religioso antigo, com ligação aos jesuítas; o teológico é construído no diálogo com a sociedade plural e sobre bases antropológicas; o das Ciências das Religiões, ainda está em construção, é o mais propício a embasar a prática do Ensino Religioso, por ter enfoque multifacetado baseado na Fenomenologia, na História, na Sociologia, na Antropologia e na Psicologia da Religião, contemplando o olhar da

³⁶ JUNQUEIRA, 2015, p. 23-24.

³⁷ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; FRACARO, Edile Maria Rodrigues. História da formação do professor de Ensino Religioso no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 3, n. 9, p. 29-32, jan. 2011. p. 29.

Educação.³⁸

A disciplina ER, que na BNCC chama-se Componente Curricular de Ensino Religioso, e leva o Estado a assumir seu papel de administrador dos bens culturais, dentre os quais se encontra a educação integral, tendo presente a dimensão religiosa do/a aluno/a, que deve procurar compreender a religiosidade presente nas mais diversas culturas, raças e povos, de todos os tempos, com suas diferentes formas de devoção, doutrinas e princípios.³⁹

A necessidade constante que a pessoa tem de encontrar sentido para a vida faz com que se confirme a importância de contemplar este aspecto religioso na educação, possibilitando o surgimento de uma cultura na qual se possa identificar o diálogo, o respeito e uma convivência inter-religiosa enriquecedora.⁴⁰ Mas como fazer com que a disciplina ER se desenvolva de modo a manter-se alheia às disputas de poder que ocorrem na escola e, muito especialmente, entre as diversas tendências religiosas, respeitando o pluralismo e a diversidade cultural? No entendimento de João Décio Passos isso é possível, pois:

Para que se permita a valorização do pluralismo e da diversidade cultural presentes na sociedade brasileira, favorecendo a compreensão das formas que exprimem a diversidade religiosa presente na realidade, faz-se necessário proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do/a aluno/a; bem como subsidiar o/a aluno/a na formulação do questionamento existencial [...]; possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.⁴¹

Alonso S. Gonçalves esclarece que, atualmente, no Brasil, grande parte dos pesquisadores do ER busca fomentar a transposição dos modelos catequético-doutrinal e teológico-ecumênico para o mais viável dentro desse contexto de demandas epistemológicas. Com o intuito em fundamentar o ER na sua dimensão teórico-prática, as Ciências das Religiões estão sendo solicitadas para dar sustentação epistemológica e metodológica ao ER, posto que o modelo das Ciências das Religiões se constitui o mais ideal e ainda pouco explicitado, embora faça parte da proposta do FONAPER.⁴²

Nesse ponto de vista, as autoras Clera Barbosa Cunha e Cláudia Barbosa, compreendem ser o aprendizado do ER, no Brasil, um processo profundamente enraizado nas

³⁸ PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 56-59.

³⁹ OLIVEIRA, Angelita Correa. Ensino Religioso na educação básica: desafios e perspectivas. *Revista da Graduação*, PUC-RS, v. 5, n. 1, p. 24-25, 2012. p. 24.

⁴⁰ OLIVEIRA, 2012, p. 24.

⁴¹ PASSOS, 2007, p. 64-67.

⁴² GONÇALVES, Alonso S. Ensino Religioso na escola pública: razões para sua (in) viabilidade. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 38, mai./ago. 2015. p. 35. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

tradições do cristianismo e nos ensinamentos cristãos, exige-se uma metodologia em sala de aula inovadora e interdisciplinar, acessível às mudanças de cada época.⁴³

Smarjassi cita que:

A convivência entre as diferentes estruturas religiosas requer novo modelo de gestão escolar, mais sensível e preparada para ver a floresta como um todo, não apenas árvores isoladas. Requer do/a gestor/a liderança, liberando energias e apoiando, orientando e inspirando a convivência social democrática entre os atores dos diferentes segmentos religiosos. Nesse sentido, é importante trazer à luz do debate outro desafio: por sua característica de relação humana, a educação somente pode dar-se mediante o processo pedagógico, necessariamente dialógico, não dominador, que garanta a condição de sujeito tanto do/a professor/a quanto do/a aluno/a.⁴⁴

Assim, o que deve ser considerado não é a ausência ou não da fé, mas sim a importância que as diversas religiões têm para a formação da sociedade brasileira, nos mais variados aspectos históricos, sociológicos, políticos dentre outros. Essa neutralidade se constitui na garantia do amplo respeito a todas as religiões. Partindo dessa premissa, deve-se garantir que o ER, ministrado nas escolas públicas, seja feito sem proselitismo e que as práticas de cada religião sejam apresentadas de forma objetiva e com igual destaque, por professores/as habilitados/as nessa área do conhecimento e que venha auxiliar e colaborar na formação do *ser* do aluno.⁴⁵

Para Denize Sepúlveda e José Antônio Sepúlveda, torna-se fundamental ressaltar que a contemporaneidade proporciona ao Brasil um crescente movimento de enrijecimento da presença da religião no espaço público, essencialmente as de cunho cristão, o que fortalece uma agenda conservadora, a qual pode conduzir o país a um retrocesso nas conquistas sociais, de modo a comprometer ainda mais a frágil democracia brasileira.⁴⁶

Em complemento a isso, Caron ressalta,

A construção e efetivação do Ensino Religioso no Brasil, em seu conteúdo e em suas práticas, é um longo caminho, para além das preocupações com o cumprimento do aspecto legal e com o conhecimento do fenômeno religioso. Este ensino, junto com os demais componentes curriculares e com todo o processo de educação, envolve-se nas causas das lutas sociais comuns do povo brasileiro, na aquisição do direito de

⁴³ CUNHA, Clera Barbosa; BARBOSA, Cláudia. O Ensino Religioso na escola pública e suas implicações em devolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Revista Sacrilogens – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Religião*, Juiz de Fora: UFJF, v. 8, n.º 1, p. 164-181, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilogens/files/2011/02/8-12.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

⁴⁴ SMARJASSI, Célia. Ensino Religioso e a gestão educacional: uma análise a partir da ética complexa de Edgar Morin. *Revista Pistis & Práxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 497-519, mai./ago. 2014. p. 502.

⁴⁵ OLIVEIRA, Angelita Correa. *Ensino Religioso na educação básica: desafios e perspectivas*. Trabalho de Conclusão de Curso. PUC-RS, Uruguaiana, 2011. p. 35.

⁴⁶ SEPÚLVEDA, Denize; SEPÚLVEDA, José Antônio. A disciplina Ensino Religioso: história, legislação e práticas. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 42, n. 1, p. 177-190, jan./abr. 2017. p. 197.

cidadão e no exercício de sua cidadania, na luta pela preservação da água como um bem comum do planeta Terra, isto é, do meio ambiente em geral, na construção de uma cultura de paz, solidariedade e de justiça social.⁴⁷

Para isso, torna-se fundamental que os/as professores/as compreendam a realidade educacional e que elabore, em parceria com a comunidade escolar, o perfil histórico do conteúdo a ser trabalhado no ER, conhecendo as origens, controvérsias e avanços históricos no desenvolvimento da disciplina. Nesse aspecto, cabe destacar as palavras de Libâneo, ao afirmar que a característica maior da atividade do/a professor/a deve promover a mediação entre o/a aluno/a e a sociedade, de modo a transitar entre as condições de origem dos/as alunos/as e suas destinações sociais.⁴⁸

1.2 O componente curricular de Ensino Religioso: aspectos históricos e legais

Sabe-se que o percurso histórico de reconhecimento do Componente Curricular de Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras é marcado por discussões, reflexões, polêmicas e compreensões equívocas referentes à sua natureza. E que inclui o “papel da escola quanto ao seu desenvolvimento, por isso, esta disciplina não pode ser entendida como Ensino de uma Religião ou das Religiões na Escola, mas uma disciplina centrada na antropologia religiosa”.⁴⁹ Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta uma breve descrição do percurso histórico do ER no Brasil:

Quadro 1: Percurso histórico do Ensino Religioso no Brasil

PERÍODO	PRINCIPAIS DESTAQUES
PRIMEIRA FASE – 1500 A 1800	A ênfase nesse período foi integração entre escola, igreja, sociedade política e economia, tinha como objetivo a integração dos alunos aos valores da sociedade. O Ensino Religioso era desenvolvido como Ensino de Religião, de acordo com o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal. ⁵⁰
SEGUNDA FASE - 1800 A 1964	O sistema republicano, em 1.889, sofreu profunda reforma no ensino que envolveu alterações de currículo. A Constituição do Regime Republicano no Brasil apresentava a Educação laica, devido interpretação francesa que pregava o princípio da liberdade religiosa ou neutralidade pelo estado. ⁵¹ A educação estava sob a direção do Estado-Nação, tendo como objetivo a escola pública, gratuita, laica para todos. Sendo que

⁴⁷ CARON, 2014, p. 643.

⁴⁸ LIBÂNEO, 1992, p. 49.

⁴⁹ OLIVEIRA, 2012, p. 12.

⁵⁰ FONAPER, 2009. In: OLIVEIRA, 2011, p. 12.

⁵¹ LUSTOSA, 1992. In: OLIVEIRA, 2011, p. 14.

	<p>o religioso estava submetido ao estado, onde a burguesia toma o lugar da hierarquia religiosa.⁵² Década de 1940 – evidência do pluralismo religioso.⁵³ O Ensino Religioso foi introduzido na primeira LDB em 1961 (Lei nº 4.024), que, homologou o modelo mais antigo de Ensino Religioso adotado em todo o território nacional, o Ensino Religioso confessional.⁵⁴</p>
TERCEIRA FASE - 1964 A 1996	<p>“É um tempo marcado por profundas transformações [...]. O Ensino Religioso passou por várias mudanças e conflitos ao longo da história do Brasil, decorrente das mudanças constitucionais e ideológicas do Estado. Entretanto, o modelo catequético foi o mais marcante, dado o grande tempo que vigorou nas escolas. Pode-se dizer que o Ensino Religioso no Brasil, ao longo da história, vinha sendo caracterizado pelo ensino da religião”.⁵⁵</p> <p>Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, vem ressaltar que o Ensino Religioso é obrigatório para a escola, concedendo ao aluno o direito de optar ou não por ele, no ato da matrícula, sendo contemplado com a reforma trazida pela Lei 5.692/71, por ser compreendido como um elemento que colaboraria na “formação moral” das gerações.⁵⁶</p> <p>Segundo Caron, o FONAPER (fundado em 26/09/1995 em Florianópolis) desempenhou um papel importantíssimo para a disciplina de Ensino Religioso, pois foi um dos principais protagonistas do Ensino Religioso em face da atual LDB.⁵⁷</p> <p>Conforme enfatiza Junqueira, “os integrantes do FONAPER têm procurado construir uma nova concepção de Ensino Religioso, vêm desde o seu início, articulando ações em vista da formação de professores, buscando acompanhar, organizar e subsidiar o esforço de professores, associações e pesquisadores no campo do Ensino Religioso, privilegiando “informações no campo sociológico-fenomenológico, tradições e cultura, teologias, textos sagrados orais e escritos, <i>ethos</i>, ritos, em que o professor seja um educador e não um agente religioso”.⁵⁸</p>

Fonte: Elaborada pela autora, Cf. OLIVEIRA, 2011, p. 12-16.

De acordo com Ana Cristina de Almeida Cavalcante Bastos, o componente curricular de ER, na BNCC, do MEC, se constitui como parte integrante na aprendizagem dos/as aluno/as em busca de sua formação básica enquanto cidadãos/ãs, o que reafirma o avanço no sentido de fortalecer o caráter epistemológico, pedagógico e científico da referida disciplina no ambiente escolar.⁵⁹

Não bastasse o componente curricular de ER também os PCNER apresentam a ética

⁵² FONAPER, 2009. In: OLIVEIRA, 2011, p. 12.

⁵³ OLIVEIRA, 2011, p. 14.

⁵⁴ JUNQUEIRA, 2007. In: OLIVEIRA 2011, p. 15

⁵⁵ OLIVEIRA, 2011, p. 16.

⁵⁶ FONAPER, 2009. In: OLIVEIRA, 2011, p. 16.

⁵⁷ CARON, Lurdes. *Políticas e práticas curriculares: formação de professores de ensino religioso*. Tese de doutorado em Educação. São Paulo: PUCSP, 2007. In: OLIVEIRA, 2011. p. 19.

⁵⁸ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 28.

⁵⁹ BASTOS, Ana Cristina de Almeida Cavalcante. *Formação do professor do Ensino Religioso e os saberes necessários para uma educação inclusiva*. João Pessoa: UFPB, 2018. p. 5.

como um dos eixos organizadores para os blocos de conteúdo, ao se trabalhar a ética da alteridade, a dialogicidade, os valores e os limites como conteúdos, essa disciplina se torna área do conhecimento adequado para abordar temas específicos, tais como o respeito à diversidade e, como resultado, a inclusão do/a aluno/a com deficiência no ambiente escolar.⁶⁰

Bastos acrescenta a informação de que a Resolução nº 01/2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), a qual estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH), afirma, em seu artigo 8º, que esta temática deverá orientar a formação inicial e continuada de todos/as os/as profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos de graduação. Desse modo, percebe-se que tal aporte teórico deveria ser ofertado enquanto conteúdo nas formações inicial e continuada dos/as professores/as.⁶¹

Essa mesma Resolução fundamenta a Educação em Direitos Humanos nos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental. Assim, mostram-se em total consonância com o ER e com sua proposta de formação básica dos/as cidadãos/ãs.⁶²

Por sua vez, Bastos entende que a formação dos/as professores/as do ER deve ter, como uma de suas tarefas primordiais, alcançar seus objetivos de transformação individual e coletiva, de modo que o/a professor/a possa se mostrar construtivamente presente na realidade dos/as aluno/as, por meio de uma atuação marcada pela disposição, sensibilidade e compromisso em fazer a diferença.⁶³

Conforme a experiência de Bastos dispõe-se que, a partir de uma intervenção pedagógica progressista e fundamentada no diálogo, os/as professores/as do ER conseguem ir além de uma educação recortada, fragmentada em disciplinas isoladas, para alcançarem o objetivo proposto pela própria Lei Federal nº 9.475/1997, a qual dá nova redação ao artigo 33, da Lei Federal nº 9.394/96, que normatiza o componente curricular, tornando-o parte da formação básica do cidadão, respeitando a diversidade cultural e religiosa, e vedando toda e qualquer forma de proselitismo.⁶⁴

Para Santos, nas últimas décadas o ER vivenciou mudanças em termos epistemológicos e pedagógicos, porém, em termos políticos, a história tem sido bem outra.

⁶⁰ BASTOS, 2018, p. 6.

⁶¹ BASTOS, 2018, p. 6.

⁶² BASTOS, 2018, p. 6.

⁶³ BASTOS, 2018, p. 8.

⁶⁴ BASTOS, 2018, p. 8.

Tais avanços, embora motivados por mudanças políticas na legislação educacional, especialmente a educação pública, em outros campos limitavam sua efetivação, caindo de vez na vala histórica de uma política de práticas durante a vigência da aliança entre Igreja e Estado, iniciada com a publicação do Decreto nº 119-A, que estabelecia a laicidade do Estado e, por conseguinte, o ensino público e leigo, separado da influência religiosa⁶⁵. O ER, enquanto área de conhecimento de orientação não confessional e, também, não interconfessional, organizado a partir do próprio Estado e não mais das confissões religiosas, assume a abordagem intercultural no currículo, no trato da diversidade cultural religiosa brasileira e das diferenças, integrando conhecimentos, contribuições e valores dos diversos povos e culturas na formação da sociedade brasileira.⁶⁶

Sendo assim, de início, como mostra esse capítulo, desenvolvido exclusivamente com base em pesquisa bibliográfica, apresentam-se os conceitos básicos acerca de como ocorre a presença do ER na escola pública laica e quais são os aspectos legais dessa área do conhecimento no Brasil.

No segundo capítulo discute-se sobre a música na educação, destacando o processo da educação musical no Ensino Fundamental, o processo de ensino-aprendizagem e o contexto da formação musical na escola e sua inscrição no campo do imaginário religioso.

⁶⁵ SANTOS, 2018, p. 36.

⁶⁶ SANTOS, 2018, p. 37.

2 A MÚSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

A música é compreendida como uma das formas mais harmônicas de comunicação e ao considerá-la como forma de comunicação é preciso pontuar que, também, significa manifestação de crenças e identidades, de caráter universal, cultural e social.⁶⁷

Existem muitas teorias sobre a origem e a presença da música na cultura humana. A linguagem musical tem sido interpretada, entendida e definida de várias maneiras, em cada época e cultura, em sintonia com o modo de pensar, como os valores e as concepções estéticas vigentes [...]. Música é também melodia, ritmo, harmonia, dentre outras possibilidades de organização do material sonoro. O que importa, efetivamente, é estarmos sempre próximos da ideia essencial à linguagem musical: a criação de formas sonoras como base em som e silêncio. Como? De muitas maneiras.⁶⁸

A etimologia da palavra música emerge da língua grega e deve-se aos romanos sua propagação para o mundo. O termo *'techne'* refere-se a técnica, arte e o termo *'mousikê'* – musas.⁶⁹

Para os gregos, música era a arte das musas, as divindades da beleza, as belas artes, principalmente aquela cujo elemento básico era o som [...]. Eram nove as musas: Clio (história), Talia (comédia), Erato (poesia erótica), Euterpe (música), Polínia (poesia lírica), Caliope (eloquência), Tersíclore (dança), Urânia (astronomia), Melpômene (tragédia). Música, portanto, para os gregos, tinha um sentido mais amplo que o atual. Mousikê era toda a cultura da arte, educação da alma. Estava ligada à vida social do povo grego, às suas festas, religião, suas manifestações culturais, sendo que entre eles a música atingiu elevado grau de desenvolvimento.⁷⁰

Nesse sentido, vale a pena trazer à tona a reflexão de se discutir o imaginário religioso presente na música, que desde a antiguidade perpassa pela sociedade trazendo consigo variadas formas de se expressar e de traduzir sentimentos, sejam eles, através do som da voz, ou do som de um instrumento qualquer, capaz de refletir àquilo que emerge da alma ou de elementos da natureza e que faz remeter à humanidade a presença da divindade.

No dicionário da Língua Portuguesa, o verbete Música é definido de forma semelhante: “1. Arte e ciência de combinar sons de modo agradável ao ouvido. 2.

⁶⁷ PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma Antropologia Sonora. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 18, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012001000100007>> Acesso em: 10 nov. 2019.

⁶⁸ BRITO, Teca Alencar de. *Música na Educação Infantil*. São Paulo: Petrópolis, 2003. p. 25-26.

⁶⁹ ANDRADE, Paulo. *Etimologia da palavra música*. 17/09/2008. Disponível em: <<http://asasdamusica.blogspot.com/2008/09/etimologia-da-palavra-msica.html>>. Acesso em: jan. 2020.

⁷⁰ ANDRADE, 2008, p. 35.

Composição musical”⁷¹. Penna amplia o significado descrevendo que música pode ser compreendida como “[...] uma forma de arte que tem como o material básico o som” e acrescenta que:

É uma atividade essencialmente humana, através da qual o homem constrói significações na sua relação com o mundo. O fazer arte é uma atividade intencional, uma atividade criativa, uma construção – construções de forma significativas. E aqui ‘forma’ tem sentido amplo [...] da música⁷²

A partir de então, é possível inferir que a música compõe a atividade humana, e que há sempre o que explorar, pois, o/a homem/mulher, está sempre se conhecendo, descobrindo, aprendendo e experimentando a informação de que a música é uma prática social.

O ser humano sempre demonstrou em sua existência, curiosidade e interesse pela música. Existem indícios de que a música esteja presente desde a pré-história. A bíblia também mostra em sua história, diversas situações em que pessoas cantavam e tocavam instrumentos musicais. Logo se entende que: ouvir música, aprender uma canção, realizar brincadeiras que envolvam ritmos, sons diversificados e instrumentos, são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela música.

As muitas músicas da música – o samba ou o maracatu brasileiro, o blues e o jazz norte-americanos, a valsa, o rap, a sinfonia clássica europeia, o canto gregoriano medieval, o canto dos monges budistas, a música concreta, a música aleatória, a música da cultura infantil, entre muitas outras possibilidades Como uma das formas de representação simbólica do mundo, a música, em sua diversidade e riqueza, permite-nos conhecer melhor a nós mesmos e ao outro-próximo ou distante.⁷³

Em todas as culturas crianças e adultos brincam com a música envolvendo: o gesto, o movimento, o canto, a dança e o faz de conta, que são expressões da infância e que garantem aos aprendizes, os benefícios e alegrias que a atividade lúdica proporciona, e que, ao mesmo tempo, podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades motoras, atitudes e conceitos referentes à linguagem musical.

O gesto corporal pode ser um elemento importante para a emissão do som. A partir dele é que se chega a fazer música, sempre considerando a capacidade criativa e a espontaneidade da pessoa, incitando a intervenção sonora e gráfica por meio da expressão de seus gestos. A criação musical deve ser o ponto central do processo de ensino-aprendizagem ou de prática musical. Mais do que o aprendizado ou a

⁷¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 477.

⁷² PENNA, Maura. *MÚSICA(S) e seu ensino*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 18.

⁷³ BRITO, 2003, p. 26.

execução perfeita de exercícios e músicas, o importante é propiciar, por meio da musicalização, modificações internas que levem ao crescimento do indivíduo.⁷⁴

Trabalhar as variadas formas de expressão do/a aluno/a, utilizando a música como um instrumento que possibilita, no cotidiano da sala de aula, o aprimoramento do desenvolvimento biopsicossocial e cognitivo nos diversos aspectos, como: a fala, a audição, a coordenação motora e o pensamento é de fato, compreender a música como importante aliada ao trabalho na Educação.

No decorrer da história dentro do contexto educacional a música atende a diversos objetivos. Em muitas escolas de Ensino Fundamental a música tem contribuído para que as crianças aprendam a formar hábitos, atitudes e comportamentos, na realização de comemorações e na aprendizagem de conteúdos. É comum observar o desenvolvimento do trabalho das bandas musicais escolares, com intuito de desenvolver a coordenação motora, a audição, o domínio rítmico, concentração e memorização, restando ainda espaço, às atividades de criação, às questões ligadas a percepção e ao conhecimento das qualidades expressivas dos sons, além de conhecer a interculturalidade. Nessa abordagem, a música é compreendida pelos/as aluno/as como forma de expressão social e cultural, Brito relata que:

O envolvimento das crianças com o universo sonoro começa ainda antes do nascimento, pois na fase intrauterina os bebês já convivem com um ambiente de sons provocados pelo corpo da mãe, como o sangue que flui nas veias, a respiração e a movimentação dos intestinos. A voz materna também constitui material sonoro especial e referência afetiva para eles. Os bebês e as crianças interagem permanentemente com o ambiente sonoro que os envolve e – logo – com a música, já que ouvir, cantar e dançar são atividades presentes na vida de quase todos os seres humanos, ainda que de diferentes maneiras.⁷⁵

Sendo a escola uma instituição, que reflete e reproduz características da sociedade na qual está inserida, o trabalho desenvolvido com a música, pode estimular o/a professor/a a estar em busca de seu conhecimento, além de, fortalecer sua socialização.

A partir dos elementos que a música possui e que se acredita que podem ser benéficos para a vida, no contexto do trabalho que vivencia, mais especificamente com os estudantes, a música no cotidiano escolar é utilizada como uma linguagem a ser construída e que proporciona motivação e estímulo aos/às alunos/as, para o desenvolvimento de construção de mundo, expressando sentimentos e expectativas de vida. E, também, para favorecer maior interação entre o grupo.

⁷⁴ ZAGONEL, Bernadete. *Brincando com a música na sala de aula: jogos de criação musical usando a voz, o corpo e o movimento*. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 17.

⁷⁵ BRITO, 2003, p. 35.

Percebe-se que a música se apresenta referenciada nos documentos normativos da educação nacional, como unidade temática e temas integradores. Além disso, constitui-se estratégia de ensino, onde aborda o conhecimento por meio do lúdico e do prazer.

O Brasil que é um país rico não só em recursos naturais, mas também possui variadas formas de expressões culturais, destaca-se, também, no campo musical, que possui diferentes ritmos como: o frevo, o forró, o samba, o maracatu, o xaxado, a MPB, o baião, que são genuinamente brasileiros: “absurdo, o Brasil pode ser um absurdo, até aí, tudo bem, nada mal, pode ser um absurdo, mas ele não é surdo o Brasil tem ouvido musical, que não é normal”.⁷⁶

Muitos músicos brasileiros autores de canções para a criança e dentre eles destaca-se o trabalho riquíssimo de Hélio Ziskin⁷⁷. Músico Paulista, compositor, arranjador, amante da música popular brasileira, dedicou grande parte de sua obra a projetos educacionais, procurando utilizar em suas composições elementos de interação entre a criança e a música, de forma a se trabalhar os elementos musicais e o lúdico como subsídio para a aprendizagem da criança.

É importante destacar que não há intenção em fomentar o “artista em si”, com todo respeito e honra que lhe são devidos, e sim, enfatizar a riqueza de como a música é trabalhada no decorrer de seu trabalho e a riqueza dos detalhes de suas obras. O/a artista, enquanto protagonista, explora variados ritmos, os diferentes timbres, a pureza dos sons, enfim brinca com a linguagem musical, o que para o trabalho com a criança é maravilhoso, pois aguça a percepção e os sentidos. Dentre as obras a que mais despertou atenção foi o trabalho de criação da trilha sonora do livro: *O som e o sentido* de José Miguel Wisnik,⁷⁸ trabalho que expressa ilimitadas formas de apresentação da música às crianças envolvendo diferentes ritmos, diferentes formas sonoras, dos ruídos da natureza, aos barulhos do cotidiano até à música clássica. Um trabalho riquíssimo e de excelência, capaz de abranger o que é proposto pela legislação vigente a implementação da música na educação, pois incorpora elementos diversos na ordenação investigativa do/da aluno/a.

A questão é, pois, repensar os fundamentos da história dos sons tendo em conta essa sincronia. Ela exige que o pensamento, ele mesmo, se veja investido de uma

⁷⁶ VELOSO, Caetano. *Love, Love, Love*. Rio de Janeiro. Universal Music International Ltda. 2018. Suporte. Duração: 2:59.

⁷⁷ ZISKIND, Hélio. *Bio*. Disponível em: <<http://www.helioziskind.com.br/index.php?mpg=17.00.00&ver=por>>. Acesso em: 02 out. 2019.

⁷⁸ WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/trechos/14467.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ps8PgqjjCto>>. Acesso em: 02 out. 2019.

propriedade musical: a polifonia e a possibilidade de aproximar linguagens aparentemente distantes e incompatíveis.⁷⁹

Compreende-se que muitas são as possibilidades para se trabalhar a música na Educação e o teórico Gardner salienta que a música é caracterizada como um dos sete tipos de inteligências. Quando a criança se apropria da música, intuitivamente passa a desenvolver um rico e instigante campo e desenvolve o seu potencial de inteligência em diferentes áreas da cognição. O autor argumenta que as concepções teóricas da educação existentes anexam fundamentos teóricos de outras ciências, como a medicina, por exemplo, através do estudo da neurologia, da psicologia, de superdotados, dentre outros, trazendo a especificidade da inteligência musical ‘escondida’ em alguns indivíduos.

A pessoa com boa inteligência intrapessoal possui um modelo viável e efetivo de si mesma. Uma vez que esta inteligência é a mais privada, ela requer a evidência a partir da linguagem, da música ou de alguma forma mais expressiva de inteligência para que o observador a perceba funcionando.⁸⁰

Gardner aborda a inteligência musical nos aspectos do desenvolvimento: da competência musical, talentos musicais incomuns, composição, componentes da inteligência musical, facetas evolutivas e neurológicas da música, em uma relação com outros componentes intelectuais, por meio do qual, constrói sua argumentação em relação ao surgimento e ao desenvolvimento da inteligência musical da humanidade. Dos talentos com os quais os indivíduos podem ser dotados, nenhum surge mais cedo do que o talento musical e enfatiza que, de forma geral, o talento musical costuma se desenvolver em condições que mesclam fatores culturais e biológicos.⁸¹

A música pode ser entendida como um conceito, com características próprias a serem assimiladas pelas crianças, de modo que consiga envolver diversos eixos de ensino como: a linguagem oral e escrita, o movimento e as artes visuais. Nesse sentido, é importante estabelecer objetivos que venham propor um trabalho de desenvolvimento junto aos/as alunos/as, possibilitando à apropriação do conhecimento musical, a exploração sonora, a observação das características dos diversos instrumentos musicais.

Trabalhar música na educação, em especial no Ensino Fundamental, torna-se pertinente no âmbito da educação pública, pois a história da música está estreitamente ligada à

⁷⁹ WISNIK. 2017, p. 14

⁸⁰ GARDNER, Howard. *Inteligência Musical*. In: GARDNER, Howard. *Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 1994. p. 28.

⁸¹ GARDNER, 1994, p. 28.

religião. A presença da religião nos espaços públicos não pode ser ignorada, pois, acredita-se que o fazer musical possibilita traçar novas metas, novas estratégias, que possam contribuir para uma reflexão ou discussão da inclusão do ensino da música no âmbito das escolas públicas. Com o foco no processo de produção do fazer musical e analisando algumas práticas que podem ser adotadas pelos gestores, como forma de dinamizar o ensino e aprofundamento do conhecimento, a música contribui também para uma gestão inovadora. Sendo assim, a música possa proporcionar a superação dos desafios encontrados no processo de ensino-aprendizagem no currículo escolar.

Entretanto, é importante considerar legítimo o modo como as crianças se relacionam com os sons e silêncios, para que a construção do conhecimento ocorra em contextos significativos, que incluam criação, elaboração de hipóteses, descobertas, questionamentos, experimentos etc.⁸²

Nessa perspectiva, pode-se rever que, conceitualmente a música é vista pela comunidade científica como um instrumento, como uma linguagem, uma ciência, com múltiplos elementos, capazes de despertar em um indivíduo sensações diversas, proporcionando diversas formas prazerosas para ampliar o conhecimento, visto o que propõe a Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008, que “a música deve ser conteúdo obrigatório em toda a Educação Básica”. Ouvir música, tocar instrumentos e criar música, devem ser assuntos a serem explorados no universo musical dentro dos currículos do Ensino Fundamental inerentes ao ensino de qualquer professor/a dessa área, independente de formação específica.

Todos sabemos, a especificidade desse saber musical exige do profissional da educação, logicamente, competências específicas. Ora, a despeito dessa exigência intrínseca – condição para uma efetiva educação musical –, a nova lei foi sancionada com veto ao seu Artigo 2º, que determinava formação específica obrigatória para os professores encarregados da disciplina. Favorecida, assim, por um lado, e ameaçada de esvaziamento por outro – a omissão no texto definitivo da lei, que deixou em aberto a questão, e a carência de professores capacitados e/ou formados para atender à nova demanda não são outra coisa senão duas faces de um mesmo problema –, a educação musical escolar não se concretizará satisfatoriamente sem mais um esforço conjunto e continuado de todos os atores envolvidos, no sentido de buscar soluções para a sua implementação efetiva e de qualidade, e de lutar por condições favoráveis para esta. A nova lei trouxe a oportunidade de um enriquecimento notável do currículo escolar, sem dúvida, mas nos trouxe também com ela o enorme desafio de sua implantação.⁸³

A integração da música com a educação é histórica, uma vez que tanto nas práticas

⁸² BRITO, 2003, p. 45.

⁸³ LEMOS, Maya Suemi. Música nas escolas: ações da Funarte em prol da implementação da Lei 11.769. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 24, n. 117, set. 2010.

culturais ou ritualísticas, e em qualquer religião, a presença da música sempre foi marcante e essa informação é reafirmada no art. 1º da LDB, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que prescreve que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Acrescenta-se ainda a capacidade que a música tem de influenciar o ser humano física e mentalmente, podendo contribuir para a harmonia, a integração e a inclusão.

Nesse sentido, importa, prioritariamente, a criança, o sujeito da experiência, e não a música, como muitas situações de ensino musical insistem em considerar. A educação musical não deve visar à formação de possíveis músicos de amanhã, mas sim à formação integral das crianças de hoje.⁸⁴

Atualmente a música ainda é trabalhada, dentro das salas de aula, sem reputar os reais aspectos que ela pode proporcionar e com isso pode-se considerar que,

O mundo em que vivemos é e sempre foi repleto de sons, mas como diz Schafer no livro *A afinação do mundo*, ‘a paisagem sonora do mundo está mudando’⁸⁵, e isso influencia a percepção do indivíduo e, também, interfere no tipo de música que se produz. É importante que se tome consciência dos sons que existem à nossa volta para podermos melhor trabalhar com eles.⁸⁶

A música faz com que as crianças aprendam com mais facilidade e se sintam mais acolhidas no ambiente de escolar. Assim,

Aceitando a proposição de que a música deve promover o ser humano acima de tudo, devemos ter claro que o trabalho nessa área deve incluir todos os alunos. Longe da concepção europeia do século passado, que selecionava ‘talentos naturais’, é preciso lembrar que a música é linguagem cujo conhecimento se constrói com base em vivências e reflexões orientadas. Desse modo, todos devem ter o direito de cantar, ainda que desafinado! Todos devem poder tocar um instrumento, ainda que não tenham, naturalmente, um senso de rítmico fluente e equilibrado, pois as competências musicais desenvolvem-se com a prática regular e orientada, em contextos de respeito, valorização e estímulo a cada aluno, por meio de propostas que consideram todo o processo de trabalho, e não apenas o produto final.⁸⁷

É possível encontrar na música recursos para melhorar e tornar mais prazeroso o processo de ensino-aprendizagem, por isso, a importância de se desenvolver um trabalho com a música nas salas de aula principalmente no que diz respeito a hinologia cívica, que é uma

⁸⁴ BRITO, 2003, p. 46.

⁸⁵ SCHAFER, 2001, p. 17. In: ZAGONEL, 2012, p. 117.

⁸⁶ ZAGONEL, 2012, p. 117.

⁸⁷ BRITO, 2003, p. 53.

forma de se conhecer também através da música a história e a cultura do meio em que a escola está inserida possibilitando desta forma que todos possam efetivamente estar envolvidos.

2.1 O processo de aprendizagem da criança

Muitos são os que estabeleceram fases para o aprendizado das crianças, delimitando por meio de teorias quais habilidades são capazes de exercer e em quais fases da infância. Observa-se no cotidiano das escolas ao longo dos anos, que crianças, cada vez mais cedo, desenvolvem habilidades como: andar, falar, pegar, dentre outros e sabe-se que tudo isso faz parte do processo natural de aprendizagem da criança. Nesse processo, o ser humano vai adquirindo conhecimentos e habilidades para a vida, passando a desenvolver comportamentos e valores.

O espaço educacional constitui-se como ambiente que permite adquirir conhecimentos, que levarão para toda vida como: leitura, escrita e percepção das diferentes linguagens; talvez a primeira experiência com outras crianças da mesma idade ou até mesmo de idades diferentes, que não seja com as que já convivem no seio familiar.

Compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, isto é, para potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto para viver e conviver em determinado ambiente, em sua dimensão planetária. A educação é, pois, processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares, tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam.⁸⁸

Nessa dinâmica entre as interações da criança com a escola, com os colegas, as trocas de experiência e de conhecimento vão acontecendo o processo de aprendizagem, que para Vygotsky, “o desenvolvimento da criança é determinado pela ação na esfera imaginativa, pela [...] formação de planos da vida real e pelas motivações”.⁸⁹

O lúdico, o movimento e as brincadeiras são fundamentais para que se efetive a aprendizagem das crianças, pois por meio deles que aprendem a estabelecer situações para desenvolver as suas competências, produzir hipóteses, formar conceitos, articular ideias, se sociabilizar, elaborar ligações lógicas entre os objetos, pessoas, animais, e integrar percepções. Considerando a importância da Educação Básica, cabe ressaltar, conforme

⁸⁸ BRASIL, 2013. p. 16.

⁸⁹ VIGOTSKY, Lev Semyonovich. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 53.

descrito nas DCNs, que:

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças.⁹⁰

Dessa forma, podemos perceber, que o ato de brincar é inerente à criança, é a forma mais eficaz para que a escola possa interagir no processo de ensino-aprendizagem delas. Quando se utiliza a música, nesse processo, cria-se ainda um enriquecimento dessa interação, uma vez que a música pode proporcionar a exploração de vários sentidos na criança desde a escuta à percepção de timbres, pois a brincadeira é capaz de permitir à criança a se transportar para um mundo imaginário e criativo, lhe propiciando de forma lúdica uma sensação de poder, de capacidade e de força.

Na concepção de Henri Wallon, o conhecimento é construído a partir da reflexão sobre as experiências com objetos e eventos, em que a criança se relaciona com as propriedades das ações e não apenas dos objetos⁹¹. Nesse sentido, o objeto é apenas o meio sobre o qual o sujeito age, para estabelecer relações e coordenar esquemas. Para Almeida, na manipulação dos objetos as ações se coordenam, permitindo a compreensão de suas dimensões ou qualidades. Tais ações podem ser resumidas em uma palavra: experiência.⁹²

Como já foi dito, a aprendizagem ocorre desde o nascimento até o último dia de vida, e na escola, esta ação é muito perceptível, por isso, quando a criança manipula objetos diversos, materiais concretos, participa de jogos, ouve música, brinca com a música, percebe sons diferentes, aprecia ritmos variados, seja sozinha, seja com outras crianças e adultos, estas atividades lúdicas contribuem para a sua experiência cognitiva. Por isso, é sempre importante que a escola ofereça à criança atividades que estimulem a aprendizagem dos pequenos como: brinquedos, formas variadas de objetos, livros, músicas, jogos e canções, instrumentos musicais, proporcionando dessa forma, novos estímulos que abrirão caminho para o desenvolvimento do saber.

Segundo Vygotsky, a aprendizagem se configura no desenvolvimento das funções superiores, por meio da apropriação e internalização de signos e instrumentos, em um

⁹⁰ BRASIL, 2013, p. 6.

⁹¹ WALLON, Henri. *Do ato ao pensamento*. São Paulo (SP): Vozes, 2016. p. 75.

⁹² ALMEIDA, Paulo Nunes de. *Educação lúdica: prazer de estudar, técnicas e jogos pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 44.

contexto de interação⁹³. A partir do meio em que a criança está inserida é que a mesma desenvolverá ou não suas capacidades cognitivas.

Em meio ao processo de aprendizado a criança também desenvolve a capacidade de interação, aprendendo a lidar com o novo, com as possibilidades, com o prazer da descoberta e para tal, a música se torna prazerosa.

Nisso consiste a razão de Pedroso, Barreto, Malaquias e Pinto afirmarem que,

É a aprendizagem pelo sentir, e não para obter determinado resultado ou para possuir alguma coisa. A criança estará aprendendo a engajar-se seriamente, gratuitamente, pela atividade em si. Estão sendo cultivadas aí, qualidades raras e fundamentais tais como a autonomia e socialização.⁹⁴

Nesse processo, a criança tem um jeito peculiar de aprender, de perceber o mundo, de interagir, que conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs):

Em cada criança, adolescente, jovem ou adulto, há uma criatura humana em formação e, nesse sentido, cuidar e educar são, ao mesmo tempo, princípios e atos que orientam e dão sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção da pessoa humana em suas múltiplas dimensões.⁹⁵

Cabe ao/à professor/a lhe assegurar o direito que constitucionalmente é garantido com o propósito de que consiga se desenvolver adequadamente e usufruir dos benefícios de uma educação de qualidade. Ainda segundo Vygotsky, “O desenvolvimento das capacidades cognitivas do pensamento humano mantém uma relação estreita com o processo das aprendizagens específicas que as experiências educacionais podem proporcionar”.⁹⁶

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em seu 7º artigo, “a criança deve ter plena oportunidade para brincar e para se dedicar a atividades recreativas”⁹⁷. Em consonância o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁹⁸ reafirmam esse direito em seus artigos 4º e 16; bem como a Constituição Federal de 1988⁹⁹,

⁹³ VYGOTSKY, 2001, p. 51.

⁹⁴ PEDROSO, Crislaine de Andrade; BARRETO, Jaqueline Muniz; MALAQUIAS, Joseli de Souza Santos; PINTO, Luciana de Miranda. *Papel do brinqueado no desenvolvimento infantil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p. 5.

⁹⁵ BRASIL, 2013, p.18.

⁹⁶ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, v. 1, p. 18, 1998.

⁹⁷ ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. UNICEF/Brasil, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 8 ago. 2018.

⁹⁸ BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. 2012.

⁹⁹ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

que em seu artigo 227 apresenta os direitos fundamentais da criança: o direito à alimentação, à saúde, à educação, à dignidade, à liberdade, à convivência comunitária e familiar ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à vida.¹⁰⁰

A educação se constitui em um processo interativo entre a ação das gerações adultas com as crianças, das crianças com outras faixas etárias e, também, entre crianças, com o objetivo de tornar os membros autônomos no agir e no pensar. Como afirma Almeida, ela promove mudança por meio do pensamento e da instrução.¹⁰¹

No artigo nº 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD), registra-se que as crianças são titulares de liberdade, respeito e dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento assim como a Constituição Federal de 1988, em que no artigo 16 estabelece que o direito à liberdade compreenda os seguintes aspectos: brincar, praticar esportes e divertir-se. E por fim, no artigo 59 observa-se a obrigatoriedade em a que os Municípios, Estados e União, em conjunto, deverão proporcionar programações culturais, esportivas e de lazer para a infância e juventude.¹⁰²

Da mesma forma, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) estabelece que brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, para que, desde muito cedo, possa se comunicar por meio de gestos, sons e, mais tarde, ter determinado papel na brincadeira, fazendo com que desenvolva sua imaginação; posto que a fantasia e a criatividade constituem-se elementos fundamentais para que a criança aprenda mais sobre a relação entre pessoas.¹⁰³

Refletindo sobre o tema, a presente pesquisa também, permite lançar uma nova visão sobre os planejamentos, priorizando, assim, um maior contato das crianças com a música, valorizando seu saber empírico como princípio de aprendizagem e possibilitando o conhecimento histórico e cultural da sociedade, objetivos que conseguem ser contemplados através de diferentes tipos de gêneros musicais, incluindo a hinologia e facilitando o processo de compreensão do imaginário religioso.

Pode-se pensar, por exemplo, numa sala onde haja, num canto, instrumentos musicais, no outro, brinquedos de faz-de-conta e, num terceiro, blocos de encaixe, permitindo que as crianças possam circular livremente entre um e outro, exercitando

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 ago. 2018.

¹⁰⁰ SOUZA, Eloá Franco. *Alfabetização e o lúdico: a importância dos jogos na educação fundamental*. Lins (SP): Unisaesiano, 2013. p. 19-20.

¹⁰¹ ALMEIDA, 2003, p. 45.

¹⁰² SOUZA, 2013, p. 19-20.

¹⁰³ BRASIL. *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

seu poder de escolha, tanto em relação às atividades como em relação aos parceiros.¹⁰⁴

Assim, propostas metodológicas e projetos que valorizem a linguagem oral e escrita da criança, permitirão que se sinta confiante em seu aprendizado, pois,

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca.¹⁰⁵

E sendo essa criança ser humano capaz de experimentar e construir suas próprias marcas, cada uma com seu modo de ser, mas coletivamente com as características típicas da infância, cuja forma de sentir e pensar o mundo são bem singulares e em meio ao convívio com os adultos, outras crianças e, também, com o meio em que vivem, elas vão interagir de modo a compreender o mundo e construir seu conhecimento.

É importante observar que os projetos pedagógicos e os planos de trabalho das instituições de ensino, devem estar voltados para sua realidade histórica e cultural, favorecendo ao/à aluno/a as diferentes concepções de mundo que perpassam na sociedade.

O desenvolvimento de projetos que inserem o ensino da música na escola pública deve apresentar considerações para o trabalho de professores/as preparados para promoverem a superação do limite do ensino tradicional, desvelando a linguagem musical, a elaboração dos saberes, da inteligência musical para os/as alunos/as, com base na admissão de novos paradigmas de ensino. A propósito Gardner afirma: “a escola deveria ser ou desenvolver as inteligências e ajudar as pessoas a atingirem objetivos de ocupação e passatempo, adequados ao seu espectro particular de inteligência”.¹⁰⁶

2.2 O contexto da formação musical na escola e sua inscrição no campo imaginário

A definição do tema para investigação “dos aspectos do imaginário religioso em hinos oficiais” carece de esclarecimentos quanto à justificação de sua importância para a formação infantil. E partindo da premissa de que há conceitos pertinentes, vale descrever inicialmente, acerca da formação musical e do civismo, temas que integram o processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental.

¹⁰⁴ BRASIL, 1998, p. 31.

¹⁰⁵ BRASIL, 1998, p. 20.

¹⁰⁶ GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 16.

2.2.1 A formação musical

Os primeiros registros musicais, conhecido como Cantochão, datado do ano 800 d.C.¹⁰⁷, apresentam para a música uma textura monofônica, o que resultava numa importância relevante para a técnica da improvisação inserida no contexto da forma musical da época. Como não havia acompanhamento, nessa época, as melodias eram livres e, na maioria das vezes, o que propiciava uma criação instantânea de melodia (improvisação).¹⁰⁸

O percurso histórico trouxe, então, à música, as diversidades, bem como as inovações, tais como: a música polifônica, instrumental, sintetizada, música de timbres, dentre outros, apresentando-nos, também, outros gêneros musicais: organum livre, organum melismático.¹⁰⁹

As práticas musicais acompanharam as vivências humana pelo mundo, ora utilizadas nas liturgias, festejos, datas comemorativas ou ainda nas atividades de lazer, contudo, nem sempre recebeu o grau de importância que outras atividades afins. Na Idade Média recebe relevância ao ser considerada disciplina junto à aritmética, geometria e astronomia.¹¹⁰ Assim, percebe-se que o ensino da música ao longo dos tempos conquista o seu espaço, e ao receber apoio da Igreja, principal instituição da época, corrobora ainda mais para fortalecer sua importância.

Como uma das manifestações mais antigas, a música demonstra a cultura e vida de um povo, tanto que há inscrições e desenhos de instrumentos musicais nas cavernas, achados que reforçam a existência da música desde muito tempo. Até mesmo em civilizações já extintas, como a egípcia, a babilônica e a assíria e em civilizações milenares, como a hindu e a chinesa. Mas foi na Grécia Antiga que a música se aproximou de modo especial da educação e da filosofia.¹¹¹

Carlos Eduardo de Souza Campos Granja discorre que a música na cultura grega fazia parte da educação aristocrata já no século VIII a.C.¹¹², também era indispensável no acompanhamento do canto, da poesia e da dança. E acrescenta que a música desempenhava algumas funções cognitivas importantes: facilitava a memorização, despertava sentimentos e

¹⁰⁷ d.C – Depois de Cristo.

¹⁰⁸ BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 13.

¹⁰⁹ BENNETT, 1986, p. 13.

¹¹⁰ MARTINS, R. P. L. *Educação musical: conceitos e preconceitos*. Rio de Janeiro: FUNARTE - Instituto Nacional de Música, 1992. p. 8.

¹¹¹ SEKEFF, M. L. *Da música, seus usos e recursos*. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2007. p. 99.

¹¹² a.C. – antes de Cristo.

facilitava a percepção dos ouvintes.¹¹³

Sekeff salienta que na Grécia foi onde surgiram os novos paradigmas em relação ao papel da música, como resultado das suas mudanças culturais. Mais do que a educação musical de uma aristocracia, a música passou a fazer parte não apenas do currículo escolar básico, mas também das discussões filosóficas e científicas.¹¹⁴

Os gregos foram os primeiros a dominar o que se convencionou de ‘consciência científica’ e foram também os primeiros a se valer da música sem implicações mágicas. Eles concebiam-na como ordem, equilíbrio, harmonia, fruto da razão e da lógica intelectual que procuravam encontrar no mundo, e usavam-na, entre outros fins para propiciar catarse de emoções, contribuindo assim para o bem-estar do indivíduo.¹¹⁵

No Brasil, o percurso acontece de forma diferente, a história da educação se inicia com a chegada dos jesuítas em 1549-1759, acontecia de forma assistencialista e voltada para a instrução religiosa. Saviani¹¹⁶ esclarece que a “Companhia de Jesus concentrava sua atuação nas crianças, pois elas poderiam facilitar a aproximação aos índios adultos, que eram arredios à presença do homem branco”. Os jesuítas executavam trabalhos que estavam a serviço da Igreja Católica e da Coroa portuguesa, além da catequese, também existiam outros interesses, entre eles, ensinar uma nova língua – o português, pois ajudaria no processo de colonização.

No período histórico conhecido como Era Vargas, já no século XX, a música foi incluída nos programas escolares brasileiros por meio do canto orfeônico, concebido pelo compositor e maestro Heitor Villa Lobos. A proposta do projeto almejava educar musicalmente as grandes massas com a introdução sistemática do canto coral, leitura de partituras e solfejos de músicas folclóricas em todas as escolas públicas do país. Ainda que a ideia fosse válida, o projeto esbarrou em vários obstáculos, tais como a pouca ou nenhuma formação dos professores para lidar com um método baseado em moldes europeus e ser aplicado em um país com pouca tradição em educação musical. O Canto orfeônico acabou entrando em decadência, por estar totalmente descontextualizado da realidade econômica e cultural dos educandos.¹¹⁷

¹¹³ GRANJA, C. E. S. C. *Musicalizando a escola: música, conhecimento e educação*. São Paulo: Escrituras, 2010. p. 23.

¹¹⁴ SEKEFF, 2007, p. 98.

¹¹⁵ SEKEFF, 2007, p. 99.

¹¹⁶ SAVIANI, D. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 43.

¹¹⁷ LEMOS JÚNIOR, Wilson. O ensino do canto orfeônico na escola secundária brasileira (décadas de 1930 e 1940). *Revista HISTEDBR On-Line*. Campinas, n. 42, p. 279-295, jun. 2011. p. 279.

2.2.2 O civismo e sua importância para a formação da criança

Ao conceituar o termo ‘civismo’, utilizou-se como fundamentação a interlocução deste “como um instrumento para a educação e para formação do cidadão”. A palavra civismo deriva da palavra ‘cidadania’, que por sua vez, deriva do latim *civitas*, que significa “conjunto de direitos atribuídos ao cidadão” ou “a cidade”.¹¹⁸

No dicionário da Língua Portuguesa encontra-se o conceito de civismo como “devoção pelo interesse público; patriotismo”,¹¹⁹ mas pela importância ideológica que o acompanha, o termo congrega uma dicotomia entre a aceitação e a desconfiança. Justifica-se o fato tendo em vista “que esse termo foi utilizado durante momentos da vida brasileira, fazendo parte de sua história”¹²⁰, ora positiva, ora negativamente. A partir dessa explanação observa-se certa aproximação da palavra “civismo” ao termo “cidadania”, principalmente, “no que diz a formação de um conceito para definição”.¹²¹ Dalmo Dallari diz que:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de *participar ativamente da vida e do governo de seu povo*. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.¹²²

Assim, conforme demonstra Leonardo Fischer, o conceito de cidadania de Dallari estende-se ao termo civismo, pois, há uma busca comum entre as duas ideias para a integração do indivíduo para o mundo público.

A única diferença que se tem aqui é dada em relação ao objeto, que é a ação. No ‘civismo’ há o engajamento do cidadão para a participação nos interesses coletivos. Nos dias atuais, nem todo cidadão possui um engajamento, uma iniciativa, um interesse, uma participação pelo meio que o envolve. Por isso, nem todo indivíduo, nestes termos, é um cidadão, sendo um cidadão aquele em que há interesse mútuo social.¹²³

Ainda, segundo o referido autor, o “civismo” ajunta o aspecto polissêmico,¹²⁴ conforme a contextualização a qual está inserido,

¹¹⁸ FISCHER, Leonardo. Ideias de civismo, educação e cidadania. *Revista Jus Navigandi*, fev. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64277/ideias-de-civismo-educacao-e-cidadania>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

¹¹⁹ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 476.

¹²⁰ FISCHER, 2011. p. 1.

¹²¹ FISCHER, 2011. p. 1.

¹²² DALLARI, Dalmo. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Saraiva. 1998. p. 14. (Grifo do autor).

¹²³ FISCHER, 2011. p. 2.

¹²⁴ Polissêmico - fenômeno que consiste na reunião de vários sentidos em uma palavra.

Por exemplo, na época do Brasil Império, onde se surgia uma ideia de nação brasileira, havendo um debate cívico e moral da formação brasileira no aspecto educacional (ABREU, 2008), assim, nesse período, o ‘civismo’ também tinha como objetivo a criação de um sentimento nacional. Na mesma linha se deu com o advento do Golpe Militar (1964-1985) [...]. Quer dizer, em ambas as situações, o Estado criou uma formação educacional voltada para o controle dos indivíduos, limitando as relações de uns com os outros, não dando liberdade para a consciência de seus atos e assim limitando sua consciência aos interesses do Estado, havendo uma relação por coação¹²⁵. No segundo sentido, pode-se ter um ‘civismo’ voltado para outra ideia de educação moral, proposta por Piaget¹²⁶ e que será descrita posteriormente.¹²⁷

Vale destacar que o conceito de civismo, também, está interligado a concepção de amor pela pátria,¹²⁸

Aqui, o civismo foi utilizado como instrumento de formação do indivíduo por meio da educação com o foco de idolatria, tendo como pilares à ‘Educação’, ‘Trabalho’ e ‘Pátria’ dentro da lógica da busca pela Segurança Nacional, desenvolvimento econômico e disciplina.¹²⁹

E o civismo patriótico brasileiro foi utilizado com a finalidade de “educação para o controle da população”, haja vista o exemplo da ditadura militar, quando o controle se baseou para:

Construir uma mentalidade geral de que os militares não dominavam a sociedade, mas dirigiam todo o país para o desenvolvimento e progresso tão desejado por todos, esforçando-se para que o Estado mantivesse uma ‘máscara democrática’. Assim, o desenvolvimento pareceria se dá de modo ‘natural’ e para todos.¹³⁰

Portanto,

O civismo patriótico é aquele que limita o indivíduo, pois não há uma relação dele com o seu meio. Ele não tem uma participação consciente de seus atos. Criam-se tabus a respeito de ideais, como na ditadura em relação as suas bandeiras, como ‘Educação’, ‘Trabalho’ e ‘Pátria’, não havendo uma liberdade para se pensar, não se fazendo uma análise objetiva de sua personalidade, se conhecendo e chegando a ideia de que o ‘civismo’ deve ser usado como instrumento de integração com a comunidade.¹³¹

Nessa perspectiva o civismo associa-se ao significado de moral, que por sua vez,

¹²⁵ FISCHER, 2011, p. 10.

¹²⁶ Jean Piaget, suíço, educador, biólogo, psicólogo e epistemológico, viveu na Suíça entre 1896 e 1980.

¹²⁷ ABREU, 2008 *apud* FISCHER, 2011, p. 15.

¹²⁸ FISCHER, 2011, p. 15.

¹²⁹ ABREU, Vanessa Kern. *Educação Moral e Cívica: Disciplina escolar e doutrina disciplinar – Minas Gerais (1969 – 1993)*. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. p. 11.

¹³⁰ ABREU, 2008, p. 53.

¹³¹ FISCHER, 2018, p. 02.

geralmente é relacionado ao sinônimo de “ética”, entretanto, são palavras independentes: Moral origina-se do latim *mores* o mesmo que “costumes” e “ética” deriva do grego *ethos* e quer dizer “modo de ser”.¹³²

Moral, então é o conjunto de regras que regulam o comportamento do indivíduo na sociedade, adquirida por meio da educação, pela tradição e também pelo cotidiano. Já a ética, traz sua raiz como fundamento de estudo filosófico da moral. Dessa forma, todas as sociedades possuem conduta moral, mas a ética está ligada ao desenvolvimento cultural de grupos específicos.¹³³

Consequentemente, tem-se a religião que reúne a educação cívica com o principal objetivo “de ensinar os preceitos morais aos/às alunos/as, além de legitimar as ações do Estado”¹³⁴, para manter a ordem e poder político dominante. Além de destacar a importância (da religião) para/na formação moral da criança.

Conforme já dito anteriormente e como parte integrante do objetivo desta pesquisa, o que se é apresentado aqui pode ser sem dúvida visto como uma possibilidade absoluta e veraz de se enxergar através da história cívica que será descrita a partir do próximo capítulo como uma fonte a ser explorada no campo das Ciências das Religiões e no domínio da escola, o Ensino Religioso.

Acrescenta-se ainda, que o ER contribui para melhor compreensão da sociedade, afim de que “exercem seu papel de cidadão de forma autônoma e consciente”.¹³⁵ Com esta afirmativa, Brandenburg, testifica quando cita que o Ensino Religioso é uma área essencial interdisciplinar, pois é um território específico e isolado das demais.¹³⁶ Entretanto, a BNCC ratifica acerca do trabalho pedagógico de forma integradora e interdisciplinar, ao propor ações significativas e experiências que envolvam todas as áreas do conhecimento, incluindo a música e alcançando o campo do imaginário numa perspectiva de educação pública com qualidade.

2.2.3 A música e o campo imaginário

O estudo a respeito dos “aspectos do imaginário religioso nos hinos oficiais de dois municípios capixabas”, salientam, contudo, que os elementos fundamentais do imaginário

¹³² FISCHER, 2011, p. 02.

¹³³ FISCHER, 2011, p. 05.

¹³⁴ PLÁCIDO, Gilmar Duarte; RABELO, Giani. *Guia de Civismo: o papel da Igreja Católica na formação moral dos/das estudantes brasileiros/as* (1969). Educação, linguagem e memória. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). p. 1-7. Criciúma: 1985. p. 6.

¹³⁵ OLIVEIRA, 2011, p. 18-19.

¹³⁶ BRANDENBURG, 2009, p. 87-88. In: OLIVEIRA, 2011. p. 19.

podem provocar reações, intensos debates e, até mesmo, polêmicas e para tal, Roberto Da Matta destaca que:

Não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo, entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.¹³⁷

Da Matta mostra em seu texto que o elemento do imaginário é o campo simbólico e é nos símbolos, nos atributos, que os imaginários se estruturam.¹³⁸

A presente pesquisa visa estabelecer uma conexão entre a música cívica capixaba, o imaginário religioso e a educação, dessa forma identificar quais são as evidências sobre a presença da religião na escola pública. Ao promover uma visão diferenciada entorno da disciplina de Ensino Religioso, que não trabalha diretamente, com a letra ou com a música dos hinos cívicos.

É preciso considerar a escola enquanto instituição pública partícipe de histórias múltiplas, determinações econômicas, campo de culturas e de enfrentamentos políticos de uma sociedade na qual está inserida. O que, por sua vez, serviu como ponto de partida para a pesquisa, foi compreender este espaço escolar, composto de diferentes pessoas, que realizam diferentes funções, e que por isso, é necessário analisar também, qual é o papel que este espaço, que esta escola, efetivamente realiza na vida das pessoas, da comunidade escolar.

O ambiente escolar é marcado por sujeitos que compartilham de desejos e aspirações em comum, que passa a ser disseminador de sentidos e significados, tornando-se também, espaço simbólico. Tal análise deste simbolismo, em que os sujeitos se confrontam com as relações existentes entre a criação de valores e de conflitos, constitui-se de sistema de significação da realidade, cuja linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa, num determinado contexto.¹³⁹

Geralmente, a estrutura da representação imaginária, adequa-se àquilo que o indivíduo entende como inspiração, que faz parte do seu cotidiano, como algo bom ou ruim para a vida, àquilo que o sujeito pode ouvir depende do fato de como pode assimilar e compreender, qual o significado que atribui a tudo aquilo que houve para sua vida, bem como, aquilo que pode enxergar, em imagens criadas, em formas, em objetos e lugares; e que é contida de muitos significados, que podem dizer muito a respeito do caminho entre o que se

¹³⁷ DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Koogan, 1991. p. 17.

¹³⁸ DA MATA, 1991, p. 17.

¹³⁹ BRANDÃO, Helena H. Naganime. *Introdução à análise do discurso*. Unicamp, 2004. p. 9.

pode imaginar e o que de fato ver.

A importância de se discutir sobre o imaginário se justifica enquanto modo de repensar o processo de ensino nos planejamentos curriculares do Ensino Fundamental, tendo como base, a preservação do patrimônio histórico e cultural das cidades, estabelecida nessa pesquisa, autenticando com isso, o imaginário religioso e possibilitando instrumentos que viabilizam uma cidade com identidade cultural e histórica preservada. Nesse sentido, sabe-se que toda instituição, principalmente a escola, é construída a partir de dados históricos relevantes para o contexto de ensino-aprendizagem de cada um sujeito, seja profissional ou alunos/as. E, é por meio de programas, projetos e ações que valorizem o contexto histórico da escola, que pode se alcançar a excelência do ensino.

Promover relações dialógicas, analisar e estudar as práticas pedagógicas, como formas de ampliar o conhecimento, enfatizando a transdisciplinaridade entre a educação, vida e a sociedade, deve ser ações que componham o documento de planejamento de cada escola, pois é comum perceber no cotidiano das escolas que muitas vezes, a sociedade, transfere para a escola a responsabilidade, daquilo que deveria ser amplamente difundido em âmbito familiar.

Numa sociedade conflituosa é importante creditar que o Ensino Religioso pode ajudar a preservar muitos valores que permeiam a vida da sociedade, e que de um modo geral, se permanecer sem um direcionamento, podem ser destruídos. Outro aspecto importante é sobre qual o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida.

Nesse contexto, percebe-se a importância do Ensino Religioso como área do conhecimento transformadora e que atende interesses de boa parte da sociedade, pois, professores/as podem possibilitar aos/às alunos/as a conviverem bem com outras pessoas, mesmo que, habitem mundos imaginativos diferentes, ensinando-lhes o respeito ao próximo, compaixão e valores para a vida, conseqüentemente, a escola pode ser considerada inscrita no campo do imaginário religioso.

Acredita-se na importância do papel social da escola, no processo de ensino-aprendizagem da criança e a relevância histórico-cultural que, pode despertar nos sujeitos, de modo que se crie uma reflexão, favorecendo o conhecimento da história da música cívica capixaba e descobrindo o imaginário religioso contido nela, sabendo identificá-lo e contextualizá-lo ao ER nas escolas públicas. Para isso, a pesquisa fundamenta-se teoricamente nos estudos das Ciências das Religiões sobre o imaginário religioso, dentre os quais se destaca Mircea Eliade.

A proposta é iniciar reflexões/discussões no campo do ER, de modo, a repensar o

processo de ensino-aprendizagem de maneira diferenciada, relacionado às ações estabelecidas pela cultura capixaba, às municipalidades e as práticas pedagógicas. Há interesse que nos cotidianos educativos se busquem promover estudos interculturais, em diálogo estruturado sob o tripé: educação, música e religião, associados à hinologia cívica capixaba, aos aspectos do imaginário religioso, expressos em seu contexto histórico e cultural e nas práticas educativas da escola pública. Há evidências da presença de elementos do imaginário religioso, implícitos nas letras de hinos cívicos capixabas, presentes no cotidiano da educação capixaba e que parece estarem associados às crenças deste povo, assim como afirma Croatto: “mesmo que a finalidade da vivência religiosa seja transcendente (por enquanto, ‘o sagrado’), trata-se de uma experiência humana, própria do ser humano e condicionada por sua forma de ser e pelo seu contexto histórico e cultural”.¹⁴⁰

No contexto histórico religioso, por exemplo, a música esteve presente nas festas, na celebração de grandes conquistas após as batalhas, nas datas comemorativas, e principalmente, no louvor ao Criador “e trombetas e címbalos, para os que haviam de ouvir, e com outros instrumentos de música de Deus”.¹⁴¹ A música serviu para expressar diferentes sentimentos, como nos momentos de melancolia, de aflição, de amargura, de alegria do salmista, em momentos de desespero e aflição conforme citação bíblica cristã: “que cantais ao som do alaúde e inventais para vós instrumentos músicos como Davi”.¹⁴²

Assim, fenômeno religioso está intimamente ligado à educação no contexto brasileiro e compreendendo a importância do contexto histórico religioso da humanidade, reforça-se a seguir algumas das habilidades previstas para a disciplina ER no Ensino Fundamental de acordo com a BNCC,

Identificar os símbolos presentes nos variados espaços de convivência; identificar, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas; identificar ritos presentes no cotidiano pessoal, familiar, escolar e comunitário.¹⁴³

Com isso, pode-se entender que o imaginário trata daquilo que a sociedade designa simbolicamente, criando um sistema de representações que elege, em particular, as

¹⁴⁰ CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. Tradução de Carlos Maria Vásquez Gutiérrez. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 41.

¹⁴¹ *BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA*. 1 Crônicas. São Paulo: Cultura Cristã; Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. p. 483.

¹⁴² *BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA*. Amós, 1999, p. 1.034.

¹⁴³ BRASIL, *Base Nacional Curricular Comum*, Brasília. 2018. p. 452. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

características de necessidades coletivas. Toda sociedade articula para si, um tipo de imaginário, criando particularidades, e as necessidades em comum, representando um sistema de satisfação, de interlocução, com o meio envolvido, trazendo sentido às regras que formulam, a partir de seus interesses, anseios e necessidade, por isso, é de suma importância dar visibilidade ao contexto histórico-cultural, que serve como fundamento para se perceber a manutenção de um imaginário religioso da cidade.

Ainda na identificação do imaginário religioso na escola, por meio de elementos identificados no patrimônio histórico, artístico e cultural das cidades em questão da pesquisa, é possível notar, que na comunidade há um sentimento de pertencimento, sentimento de representação do símbolo da memória coletiva e individual, marcadas por uma identidade cultural. E a partir do momento em que se institui o imaginário, o mundo passa ser legitimado pelo coletivo e torna-se mais coerente, pois, possibilita o conhecimento sobre o fenômeno religioso e proporciona a investigação das inúmeras formas de demonstrações.

A pesquisa identificou as expressões, os símbolos e as imagens do ambiente simbólico perceptíveis nas escolas, e como repercutem na prática pedagógica.

Acerca do trabalho com a música cívica, recorre-se às leis da educação e, também, a teoria das inteligências múltiplas¹⁴⁴, que remete a compreensão de que há mais do que, um tipo de inteligência, e dentre elas, está a inteligência musical. Para Smole:

Envolve a capacidade de pensar em termos musicais, reconhecer temas melódicos, ver como eles são transformados, seguir este tema no decorrer de um trabalho musical e, mais ainda, produzir música. É a inteligência que permite a alguém organizar sons de maneira criativa, a partir da discriminação de elementos como tons, timbres e temas.¹⁴⁵

A musicologia capixaba, a história, a linguagem do simbolismo e os elementos do imaginário devem ser constantemente revisitados, já que:

É justamente esta perenidade e esta universalidade dos arquétipos que «salvam» em última instância as culturas, tornando ao mesmo tempo possível uma filosofia da cultura que seja mais do que uma morfologia ou uma história dos estilos. Toda a cultura é uma ‘queda na história’; e é, simultaneamente, limitada.¹⁴⁶

A realidade sociocultural e a identidade da comunidade na qual a escola está inserida

¹⁴⁴ GARDNER, Howard. Howard Gardner, o cientista das inteligências múltiplas. In. FERRARI, Márcio. *Nova Escola*, 2008. p. 15.

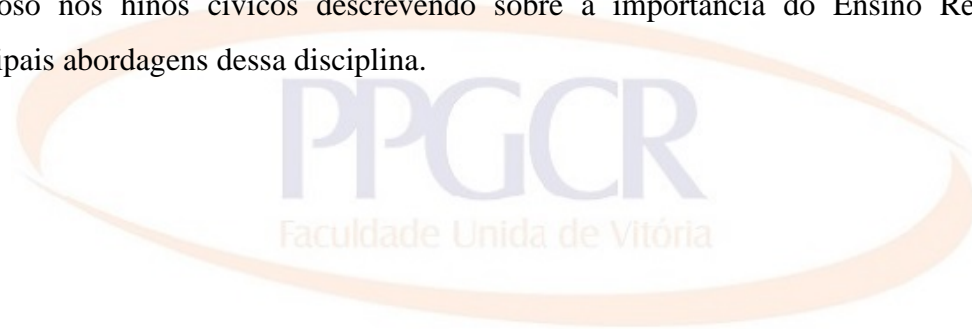
¹⁴⁵ SMOLE, Kátia Cristina Stocco. *Múltiplas Inteligências na Prática Escolar*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância. Brasília, 1999. p. 11.

¹⁴⁶ ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 20.

contribui, sobremaneira, para a construção da cidadania, promoção do respeito, superação do preconceito e instituição do diálogo, que deve ser o foco do ER como componente curricular e, também, como uma referência, tendo como pretensão a transformação, não só educacional, mas, também, cultural. Com foco na educação propondo discussões no campo do ER na educação básica, de maneira, a repensar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a se apropriar da riqueza oferecida pela cultura capixaba.

Assim, busca-se evidenciar a presença de elementos do imaginário religioso, implícitos nas letras de hinos cívicos capixabas, que estão presentes no cotidiano da educação capixaba e que parece estarem associados às crenças desse povo.

Frente a todo este exposto, no próximo capítulo inicialmente, faz-se um apanhado geral sobre a religiosidade das cidades capixaba de Vitória e Vila Velha, apontando dados estatísticos com intuito de situar a pesquisa no contexto geral, bem como seu conteúdo histórico e detalhes de suas fundações, fazendo um apanhado teórico acerca do imaginário religioso nos hinos cívicos descrevendo sobre a importância do Ensino Religioso e as principais abordagens dessa disciplina.



3 IMAGINÁRIO RELIGIOSO E HINOS OFICIAIS

Como é possível constatar, o capítulo anterior tratou exclusivamente sobre a música na educação e como acontece o seu processo de ensino-aprendizagem entre crianças estudantes do Ensino Fundamental e qual a trajetória do civismo no Brasil. Parece não restar dúvidas a partir do levantamento bibliográfico realizado até então que, ao trabalhar o tema música na educação abre-se a discussão sobre se registrar a persistência de um imaginário religioso rico em cultura e história, capaz de ornar um universo representativo para a sociedade de modo geral. Conforme ressaltado na introdução, o terceiro e último capítulo desta dissertação discutiu sobre a contextualização do imaginário religioso presente nas letras dos hinos cívicos de duas cidades capixabas.

3.1 Procedimentos metodológicos e contextualização da pesquisa

A pesquisa teve como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica considerando a existência do ER nas escolas públicas, que deve ser laico, trazendo no bojo da discussão a articulação entre música, educação, civismo, e o Ensino Religioso. A partir da pesquisa bibliográfica e documental, enquanto metodologia de estudo discutiu sobre o imaginário religioso presente nos hinos oficiais dos municípios de Vila Velha e Vitória, do Estado do Espírito Santo.

A análise dos dados diz única e exclusivamente respeito ao imaginário religioso percebido nos hinos dos municípios de Vila Velha e Vitória, demonstrando a importância da memória e da identidade do povo capixaba, por meio da literatura e do componente curricular do ER.

O cenário da pesquisa constitui-se exclusivamente sobre as cidades de Vila Velha – E.S e a Cidade de Vitória sendo, Vila Velha o mais antigo município do Espírito Santo, fundada em 23 de maio de 1535 com o nome de Vila do Espírito Santo, pelo português Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo, e foi sede da capitania até 1549, quando foi transferida para Vitória e o município passou a ter o nome atual. Possui construções do século XVI como, o Convento da Penha e a Igreja do Rosário; do século XVII como, o Forte de São Francisco Xavier; e do século XIX o Farol de Santa Luzia. A cidade

também é conhecida popularmente como a Veneza Capixaba.¹⁴⁷ O Convento da Penha é um ponto turístico muito visitado, constitui-se o símbolo de devoção a Nossa Senhora da Penha e principal monumento religioso do Estado.¹⁴⁸

Segundo dados do IBGE de 2010 a população estimada para Vila Velha em 2019 foi de 493.838 pessoas, com 96,8% de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos, dados de 2010¹⁴⁹. A presença de símbolos religiosos como, o Convento da Penha, demonstra a representação católica em Vila Velha, entretanto, o número de evangélicos também tem crescido. Dados do IBGE desde o início dos anos 2000 já apontavam o Espírito Santo entre os Estados com maior índice de evangélicos no Brasil, e que em Vila Velha, os números são ainda mais relevantes entre os jovens. Em média, um em cada três vila-velhense com menos de 30 anos é evangélico, com destaque para membros da Assembleia de Deus, Maranata e Batista. Já os católicos são 50% nessa faixa etária. Menos de 10% se declarou sem vínculo com religião e aproximadamente 5% seguem outras religiões, como espiritismo e umbanda. Em 1991, os protestantes representavam pouco mais de 9% da população canela-verde, passando para 16% em 2000 e para 30% em 2010. Um estudo do Instituto Futura em 2009 aponta que Vila Velha é a cidade da Grande Vitória com maior índice de pessoas que acreditam em Deus, sendo 99%.¹⁵⁰

Vitória é a capital do Espírito Santo, com 355.875 habitantes conforme a estimativa de população do IBGE (2015)¹⁵¹, é o centro da Região Metropolitana, que congrega os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha e Viana. Limita-se ao Norte com o município da Serra, ao Sul com Vila Velha, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com o município de Cariacica.¹⁵²

A partir desse contexto, segue história de Vitória:

A fundação do Espírito Santo e de Vitória começa 34 anos depois de o Brasil ter sido descoberto em 1500. Explorando a região, os portugueses buscaram um local mais seguro para se guardarem dos ataques dos índios e de outros estrangeiros, principalmente de holandeses e franceses. Eles seguiram, então, pela baía de Vitória e, contornando a ilha, aportaram em Santo Antônio. O então Rei de Portugal, Dom João III, dividiu as terras do Brasil em capitanias hereditárias, cabendo à capitania

¹⁴⁷ A GAZETA. *União de fé: cidade lidera número de evangélicos e de católicos*. 22 mai. 2010. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/05/641423-uniao+de+fe+cidade+lidera+numero+de+evangelicos+e+de+catolicos.html>. Acesso em: 02 out. 2019. p. 1-2.

¹⁴⁸ A GAZETA, 2010, p. 1-2.

¹⁴⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Cidade e estados*. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-velha.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020. p. 1.

¹⁵⁰ A GAZETA, 2010, p. 1-2.

¹⁵¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *História de Vitória*. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/cidade/historia-de-vitoria>>. Acesso em: 30 abr. 2020. p. 1.

¹⁵² PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2020. p. 1.

do Espírito Santo ao fidalgo Vasco Fernandes Coutinho, que tomou posse em 23 de maio de 1535, instalando-se no sopé do morro da Penha, em Vila Velha. Explorando a região, os portugueses buscaram um local mais seguro para se guardarem dos ataques dos índios e de estrangeiros (holandeses e franceses). Em 8 de setembro de 1551, os portugueses venceram acirrada batalha contra os índios Goitacazes e, entusiasmados pela vitória, passaram a chamar o local de Ilha de Vitória. [...]. A data de emancipação política do município é 24 de fevereiro de 1823, quando um Decreto-Lei Imperial concedeu Fórum de Cidade a Vitória. No século XX, em função da ocupação dos morros, que refletem as luzes das casas nas águas da baía, Vitória passou a ser chamada de ‘Cidade Presépio do Brasil’ e depois ‘Delícia de Ilha’.¹⁵³

Observa-se que as duas cidades, em suas constituições, apontam elementos históricos e religiosos, inclusive, fazem parte do texto e contextos de seus hinos cívicos conforme se verifica no corpo desse estudo, principalmente na análise dos símbolos que serão apresentados na sequência.

3.2 Contextualização histórica dos hinos cívicos capixabas

Os hinos cívicos representam parte da história de uma nação ou sociedade, tornam-se referências onde quer que seja ouvido e, também, são parte integrante do que se denomina de identidade cívica. Para melhor compreensão se faz necessário esclarecer inicialmente os conceitos de cidadania, de identidade cultural e de identidade nacional.

Apesar dos estudos e interesse a respeito da temática cidadania, ainda não foi possível estruturar uma teoria da cidadania, pois, de acordo com Kymlicka¹⁵⁴ tem-se dois entraves significativos:

O primeiro seria o âmbito potencialmente ilimitado de uma teoria da cidadania, que poderia abranger qualquer problema envolvendo relações entre o cidadão e o Estado. O segundo seria a dualidade existente no interior do conceito de cidadania, ou melhor, duas concepções distintas coexistindo na noção de cidadania.¹⁵⁵ Existiria uma concepção ‘fina’ de cidadania como *status* legal, isto é, cidadão como membro pleno de uma comunidade política particular. E, de outro lado, uma concepção ‘espessa’ de cidadania como escopo, como atividade desejável, em que a extensão e a qualidade da cidadania seriam função da participação do cidadão naquela comunidade.¹⁵⁶

¹⁵³ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2020, p. 1.

¹⁵⁴ KYMLICKA, Will. Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights. Oxford, Clarendon Press. 1995. In: VIEIRA, Liszt. Cidadania Global e Estado Nacional. *Dados – Rev. de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 395-419, 1999. p. 395. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2020.

¹⁵⁵ KYMLICKA, 1995, p. 395.

¹⁵⁶ VIEIRA, Liszt. Cidadania Global e Estado Nacional. *Dados – Rev. de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 395-419, 1999. p. 395. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2020.

Ajunta-se a essa explicação o conceito de identidade cultural e identidade nacional, a primeira associada ao termo patrimônio cultural que é formado por elementos harmoniosos entre si, consistindo em bens materiais – maneiras de viver, e espirituais – maneiras de pensar; que estão relacionadas à variedade de grupos étnicos em coletividades específicas¹⁵⁷. E a identidade nacional relaciona-se a brasilidade que Mário de Andrade (1893-1945) definiu como o fenômeno “que reúne ao mesmo tempo as [diferentes] qualidades [étnicas]. [...] todas semelhantes em valor”.¹⁵⁸

Nesse sentido “demonstra que a originalidade e a riqueza da cultura brasileira provêm justamente da multiplicidade de suas raízes”¹⁵⁹. Mediante ao exposto, retomando ao objetivo central dessa seção, tem-se a *identidade cívica* que remete a encontrar um conjunto de aspectos que ultrapassam os interesses da comunidade política como expressão republicana de uma identidade cívica, em que a participação política nos negócios públicos é elemento central na concepção de cidadania.¹⁶⁰

Portanto, os hinos oficiais acabam por serem incorporados como identidade cívica e sua apropriação está ligada aos fatores socioculturais que ajudam a revelar parte importante da história que ficará eternizada, trazendo à tona a oportunidade de manutenção da cultura regional ou nacional.

O Hino do município de Vila Velha – ES tem letra e melodia do Capitão Sérgio Vilella de Moraes e é também conhecido como “Cidade Encantada”. Foi oficializado pela lei nº 1.356, em 22 de Junho de 1971.¹⁶¹ A letra, apresentada abaixo, do referido hino é poética e retrata parte do contexto histórico religioso do município.

Letra do Hino de Vila Velha:

Venha de onde vier
Vamos chegando devagar
Veja a beleza desta terra
Com o seu povo feliz sempre a cantar.

Sob a colina sagrada
Vasco Coutinho fundou
A cidade encantada

¹⁵⁷ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. Tempo social. *Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 1, p. 29-46, 1989. p. 29-30.

¹⁵⁸ ANDRADE, Mario de. Macunaíma. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. Tempo social. *Revista de Sociologia*. São Paulo, v. 1, p. 29-46, 1989. p. 34

¹⁵⁹ ANDRADE. In: QUEIROZ, 1989. p. 34.

¹⁶⁰ VIEIRA, Liszt. Cidadania Global e Estado Nacional. *Dados – Rev. de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 395-419, 1999, p. 397. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2020.

¹⁶¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. *Hino de vila velha ganha clipe com os alunos de escola municipal de Boa Vista*. Disponível em: <<https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2015/05/hino-de-vila-velha-ganha-clipe-com-os-alunos-de-escola-municipal-de-boa-vista-6742>>. Acesso em: 27 mai. 2020. p. 01.

Que a Virgem Santa abençoou.

Homens, mulheres, crianças
Juntos num só coração
Para frente Vila Velha querida
Pela grandeza da nossa nação.¹⁶²

O contexto histórico e sociopolítico da década de 1970 marcou o Brasil por dois aspectos díspares: De um lado os festivais de rock ao ar livre, que pregavam amor, drogas e vida alternativa. E, de outro a ditadura militar como forma de governo que censurava todos os meios de comunicação, como um período de auge popular devido ao “milagre econômico”.¹⁶³ Mas os desafios do contexto vivido na época não conseguiram impedir a composição do Hino de Vila Velha. Observe que cada estrofe (conjunto de versos) apresenta um assunto diferente, que reunidos em verso faz imaginar quão bela cidade queria o compositor revelar.¹⁶⁴

O Hino da Cidade de Vitória – ES tem uma estrutura um pouco maior, letra de Almeida Rego, música de Carlos Cruz e arranjo para banda do Maestro Carioca de 1982, sendo oficializado em julho de 1984. Apreciem a letra desse símbolo cívico capixaba.

Assim, segue abaixo o Hino Oficial da cidade de Vitória:

Quero ver os capixabas
Vibrando, cantando esta canção,
Hino de glória à grandeza
Da Ilha de Vitória

Vitória,
Da Vila Nova antiga
Hoje o progresso tem vida
No porto que é Tubarão.
A Vitória das vitórias
A terra feliz onde eu nasci,
Tem no Penedo bravura
E doçura em Camburi

Vitória
Minha querida Vitória
És a cidade presépio
Orgulho do meu coração! Bis

De Anchieta a Monteiro
Lutando, mostrando o teu brasão,
Que não se entrega não!
Vitória
Se estou longe é saudade

¹⁶² LETRAS. *Site Hinos De Cidades*. Disponível em: <<http://www.lettras.com.br/hinos-de-cidades/hino-de-vila-velha>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

¹⁶³ BRASIL. *Guia Do Enem: Anos 70*. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/anos-70>>. Acesso em: 11 abr. 2020. [s. p.]

¹⁶⁴ Na seção Análise do imaginário religioso nos hinos cívicos (3.4) o assunto será melhor explorado, bem como a análise do Hino da cidade de Vitória.

Que o meu peito invade
 E faz chorar de emoção
 Hoje eu canto a minha terra,
 Pedaco de céu do meu país.
 Que Santo Antônio proteja
 Esta terra tão feliz

Minha Vitória! ¹⁶⁵

Composto no início da década de 1980, o hino de Vitória reúne em seus versos parte da história que o compositor fez questão de registrar, a partir de um apanhado da Colonização, passando pela importância do civismo, até o subjetivo sentimento de alegria que esconde desafios políticos, econômicos e sociais, de tamanho surpreendente, com reflexos até hoje, tem-se no hino de Vitória¹⁶⁶, não considerado/reconhecido como oficial, a representação da Cidade de Vitória.

O período que fundamentou a composição desse hino estava sob o fim da Ditadura Militar e início, muito tímido, do período de alguma abertura política.¹⁶⁷ Ainda foi possível vivenciar parte do processo de redemocratização do país e de um contexto econômico conturbado, até chegar ao ponto de ser considerada uma década perdida; do ponto de vista econômico, do crescimento e do desenvolvimento.¹⁶⁸

É sob as marcas do percurso histórico que os poderes públicos se consolidam, ora demonstram os riscos e desatenção, ora ressaltam os valores da identidade democrática e cívica que sustentam a sociedade.

¹⁶⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Conheça os hinos da cidade de vitória.*, 28/05/2019. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/conheca-os-hinos-da-cidade-de-vitoria>>. Acesso em: 18 abr. 2020. p. 01.

¹⁶⁶ De acordo com o site da Prefeitura (<https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura>), o município de Vitória, também conhecida como “cidade presépio” ganhou outra homenagem referente a esse símbolo tão importante, um outro hino, o Hino Emocional da Cidade de Vitória ou “Vitória Cidade Sol”. Criado pelo compositor paulista radicado no Espírito Santo, Pedro Caetano:

Cidade Sol, com o céu sempre azul
 Tu és um sonho de luz norte a sul
 Meu coração te namora e te quer
 Tu és Vitória um sorriso de mulher.

Do Espírito Santo, és a devoção
 Mas para os olhos do mundo, és uma tentação
 Milhões te adoram, e sem favor algum
 Entre os milhões, eis aqui mais um.

¹⁶⁷ MARQUES; REGO, 2005. In: RIBEIRO, Paulo Silvino. "Os anos 80 no Brasil: aspectos políticos e econômicos". *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/os-anos-80-no-brasil-aspectos-politicos-economicos.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

¹⁶⁸ RIBEIRO, Paulo Silvino. "Os anos 80 no Brasil: aspectos políticos e econômicos". *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/os-anos-80-no-brasil-aspectos-politicos-economicos.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

3.3 Aspectos da hinologia cívica

Inicialmente convém conceituar hino e hinologia, tendo em vistas a necessidade de compreensão dos termos, que por ora apresenta-se nesse estudo. De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa o termo hino do Grego *hýmnos* (canto laudatório), do Latim *hymnu* (Hino), e significa composição musical com letra apropriada para celebrar alguém ou alguma coisa, canto religioso, canto em louvor de um herói, canção ou canto, louvor, elogio e panegírico.¹⁶⁹

Por hinologia têm-se a compreensão de que é o estudo acadêmico das canções religiosas,¹⁷⁰ ou seja, hinologia cívica, é o estudo das canções cívicas. Tal conceito (ainda) não é universal, mas consegue associar certa importância junto às atividades pedagógicas, se utilizado, de forma a garantir aprendizagem significada. É considerada a arte de recitar, cantar ou compor hinos.¹⁷¹

A hinologia cívica pode congrega parte do Ensino Religioso inserido no cotidiano das escolas, tendo como argumento que a música enquanto recurso metodológico promove o desenvolvimento do ensino-aprendizagem de forma lúdica e significativa. A educação carece de associações na área do Ensino Religioso que consiga trazer reflexão sobre aspectos religiosos e culturais, onde as práticas pedagógicas nos cotidianos educativos possam privilegiar a civilidade. Borges explica que “o civismo era uma política nacional, tendo em vista incorporar valores, normas, hábitos, emblemas e mitos voltados para o 'engrandecimento da Pátria'”.¹⁷²

“A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade de dignidade, respeitando e valorizando as diferenças”¹⁷³. A música também tem essa capacidade.

A música se constitui de uma harmoniosa forma de comunicação e expressão, que inclui manifestações de crenças e identidades.¹⁷⁴ Para os gregos, tem um sentido mais amplo, pois ligava a vida social às festas, religião e manifestações culturais atingindo elevado grau de desenvolvimento¹⁷⁵. Maura Penna, afirma que a música é uma atividade humana com

¹⁶⁹ HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1023

¹⁷⁰ HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1023.

¹⁷¹ HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1023

¹⁷² BORGES, Vera L. A. Projetos pedagógicos praticados na Escola estadual de Uberlândia – 1920-1960. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1. *Anais...* Niterói: [s. n.], 2001, [s. p.].

¹⁷³ BRASIL, 2013, p. 06.

¹⁷⁴ PINTO, 2001, p. 18.

¹⁷⁵ ANDRADE. 2008, p. 2.

significações na relação com o mundo;¹⁷⁶ o que inclui uma linguagem musical, por meio da musicalização com contribuições nas modificações internas que possibilitam o crescimento do indivíduo.¹⁷⁷

Ao juntar a educação, música e religião, é possível reconhecer aspectos do imaginário religioso expressos nos hinos cívicos capixabas (entre os vitorienses e vilavelhenses)¹⁷⁸. Esse aspecto oferece inúmeras possibilidades de trabalhar o respeito das crenças e credo de um povo, o que reafirma a BNCC em relação às habilidades previstas a área de conhecimento do Ensino Religioso, dentre os quais se destacam: “identificar os símbolos presentes nos variados espaços de convivência, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas”.¹⁷⁹ Trabalhar as questões curriculares tem apresentado cada vez mais limites tendo em vista a laicidade do Estado, mas é certo que deve ser objeto de consenso democrático na escola¹⁸⁰, que precisa que a religião apresente o caráter de ajudar as pessoas a viverem melhor.¹⁸¹

A hinologia cívica recebe atenção do poder público federal com a Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, alterada pela Lei nº 12.031, de 21 de setembro de 2009, em que o Hino Nacional seja entoado, obrigatoriamente, nos estabelecimentos de ensino:

Art. 39. É obrigatório o ensino do desenho e do significado da Bandeira Nacional, bem como do canto e da interpretação da letra do Hino Nacional em todos os estabelecimentos de ensino, públicos ou particulares, do primeiro e segundo graus.¹⁸² Parágrafo único: Nos estabelecimentos públicos e privados de Ensino Fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana.¹⁸³

Embasados nessa legislação a Câmara Municipal de Vila Velha sancionou a Lei nº 3.103, em 08 de setembro de 1995, tornando obrigatório o canto dos Hinos Nacional Brasileiro, do Estado do Espírito Santo e do Município de Vila Velha nas escolas da rede municipal de ensino.

¹⁷⁶ PENNA, 2008, p. 18.

¹⁷⁷ ZAGONEL, 2012, p. 17.

¹⁷⁸ Capixaba ou espírito-santense adjetivo pátrio usado para quem nasce no Espírito Santo. Vitoriense para quem nasce em Vitória e vilavelhence para os que nascem em Vila Velha.

¹⁷⁹ BRASIL, *Base Nacional Curricular Comum*, Brasília, 2018, p. 452. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

¹⁸⁰ CUSTÓDIO; KLEIN, 2015, p. 66.

¹⁸¹ CURY. 1993, p. 24.

¹⁸² Essa denominação de primeiro e segundo graus, foi substituída pelos termos Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente. SAVIANE, Dermeval. *A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas*. São Paulo: Editores Associados, 2009. p. 51.

¹⁸³ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/PL/72950-084052809512032019-assinado.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo § 7º, do Artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Vila Velha 'Faz saber que a Câmara Municipal decretou, o Prefeito sancionou nos termos do § 3º do Artigo 40 da Lei Orgânica Municipal e eu, ANTONIO LORENZUTTI, promulgo o Autógrafo de Lei nº 664/95, que se transformou na Lei nº 3.103, de 06 de setembro de 1995'. Art. 1º É obrigatório a promoção do canto dos hinos nacional brasileiro, do Estado do Espírito Santo e do Município de Vila Velha nas Escolas da rede Municipal de Ensino. Parágrafo Único - O canto dos hinos de que trata o caput deste artigo terá a participação de alunos, professores e corpo docente das unidades escolares, e será promovido no mínimo uma vez por semana, preferencialmente durante o hasteamento das bandeiras nacional, estadual e municipal. Art. 2º Cabe a Secretaria Municipal de Educação a exigência e fiscalização do cumprimento da presente Lei. Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Vila Velha, 06 de setembro de 1995. Antonio Lorenzutti - Presidente da Câmara *Registrada na Secretaria da Câmara e publicada no Diário Oficial do Estado, em 09 de outubro de 1995. Ricardo Lopes - Coordenador Legislativo.¹⁸⁴

Seguindo essa perspectiva pode-se reafirmar que o fenômeno religioso ligado à Educação capixaba e ao ER nas instituições escolares aparece, trazendo à tona inúmeras discussões, tais como a identificação dos elementos do imaginário religioso no contexto da hínologia cívica capixaba, mais precisamente, nos hinos das cidades de Vila Velha e de Vitória; que independentes de legislações municipais seguem a legislação nacional.

3.4 Análises do imaginário religioso nos hinos cívicos

O Hino do município de Vila Velha foi oficializado pela Lei municipal nº 1.356, de 22 de junho de 1971. O Hino do município de Vitória foi oficializado, aproximadamente, uma década após, pela Lei nº 2.665, de 23 de janeiro de 1980. A seguir se apresenta a análise do imaginário religioso nos referidos hinos, respectivamente:

3.4.1 *Hino do município de Vila Velha*

O hino de Vila Velha apresenta a segunda estrofe com os seguintes versos:

Sob a colina sagrada
Vasco Coutinho fundou
A cidade encantada
Que a Virgem Santa abençoou.

Nessa estrofe, o hino faz menção ao Convento da Penha, ponto turístico capixaba que

¹⁸⁴ Legislação Municipal de Vila Velha. Lei nº 3.103, em 08 de setembro de 1995. Torna obrigatório o canto dos Hinos Nacional brasileiro, do Estado do Espírito Santo e do Município de Vila Velha nas Escolas da rede Municipal de Ensino. Disponível em: <leismunicipais.com.br/a1/es/v/vila-velha/lei-ordinaria/1995/310/3103/lei-ordinaria-n-3103-1995-torna-obrigatorio-o-canto-dos-hinos-nacional-brasileiro-do-estado-do-espírito-santo-e-do-município-de-vila-velha-nas-escolas-da-rede-municipal-de-ensino>. Acesso em: 28 abr. 2020.

apresenta no alto do cume de uma montanha um monumento histórico, cultural e religioso secular. Sua fundação data o século XVI, ano de 1558, quando o frei franciscano Pedro Palácios de posse de um painel de Nossa Senhora das Alegrias, fixa sua residência numa gruta ao pé do penhasco de 154m de altitude, a 500m do mar.¹⁸⁵ O que demarca uma questão paradoxal, de um lado a presença da religião na história da colonização territorial e de outro a necessidade do Estado laico. Debate tão necessário entre o Ensino Religioso e o consenso democrático.¹⁸⁶

A laicidade é um dos componentes da Modernidade, pois diz respeito da separação entre Igreja e Estado.¹⁸⁷ Diante dessa constatação não significa que a laicidade seja vazia de valores, mas apresenta respeito às doutrinas e à fé religiosa de cada indivíduo, representado subjetivamente, conforme ordenamento jurídico do Estado Democrático de Direito. A laicidade surgiu contra a hegemonia da Igreja Católica, que deve ser analisada conforme os diferentes Estados nacionais.¹⁸⁸ No Brasil há grande diversidade religiosa, o que “assegura a liberdade de culto e o respeito a toda fé”, conforme afirma o Jornal Folha de São Paulo.¹⁸⁹

O ato de construir uma Capela no alto do penhasco veio com a experiência de colocar ali a imagem, vinda de Portugal, de Nossa Senhora da Penha. Anos mais tarde, o dia da Festa da Padroeira do Espírito Santo, tornou-se feriado estadual,¹⁹⁰ além de significar um dos principais eventos ou acontecimentos religiosos de Vila Velha.¹⁹¹

O sagrado nessa situação, conforme a “literatura grega, *hieros* (‘sagrado’) não qualifica Deus, mas os objetos pertencentes à esfera do divino”.¹⁹² Assim o sagrado deixa de ser apenas uma questão religiosa, adequando no campo da ética, pois “trata-se de uma experiência humana, própria do ser humano[...] pelo seu contexto histórico e cultural”.¹⁹³

A “cidade encantada” foi também abençoada. A bênção é algo bíblico, histórico e milenar, desde a benção de Deus sobre Abrão quando disse “eu te abençoarei” (Gênesis 12,1-3), tornou-se sinônimo de proteção ou benefício. Tanto que a benção patriarcal “equivalia à

¹⁸⁵ TERCEIRA PONTE NEWS. *Convento da Penha: Patrimônio histórico e cultural do capixaba*. 29/08/2016. Disponível em: <<http://terceirapontenews.com.br/convento-da-penha-patrimonio-historico-e-cultural-do-capixaba>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

¹⁸⁶ CUSTÓDIO; KLEIN, 2015, p. 64-79.

¹⁸⁷ CURY, 2018, p. 316-317.

¹⁸⁸ BREPOHL, 2016, p. 128.

¹⁸⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. A diversidade religiosa no Brasil. Fotografia. 10. mai. 2019. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1633179524437107-a-diversidade-religiosa-no-brasil>>. Acesso em: 15 fev. 2020. p. 15.

¹⁹⁰ Por meio da Lei nº 7, de 12 de novembro de 1844.

¹⁹¹ ABREU, Roberto. *A origem do calendário da Festa da Penha*. Casa da Memória, 2012.

Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/a-origem-do-calendario-da-festa-da-penha-por-roberto-abreu.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

¹⁹² CROATTO, 2001. p. 59.

¹⁹³ CROATTO, 2010, p. 41.

benção divina, e suas palavras possuíam o peso de um oráculo”; a Bíblia de Jerusalém¹⁹⁴ comenta sobre o texto: “As bênçãos como as maldições, uma vez pronunciadas, são eficazes e irrevogáveis”.¹⁹⁵

O “Convento da Penha” é também comparado como “Colina Sagrada” no hino de Vila Velha, pois significa um *símbolo religioso* para os devotos. E partindo da premissa de que os símbolos religiosos “abrem determinado nível de realidade, oculto, que não seria aberto de outra maneira. [...] são símbolos do sagrado. Participa na santidade do sagrado, segundo nossa definição básica. Participação, no entanto, não é identificação: eles não são o sagrado”.¹⁹⁶ A aquisição de conhecimentos simbólicos e sociais que influenciam no conhecimento individual, na consciência de si e do mundo.¹⁹⁷ Então, a colina sagrada, como símbolo religioso, não pode ser substituída por outras coisas, pois, de acordo com o autor Tillich “todos os símbolos têm dois lados. Abrem a realidade e, também, a alma”,¹⁹⁸ o que, talvez, justifique sua consolidação de espaço sagrado.

A cidade, apresentada também como “encantada” remete-nos à ideia de algo sobrenatural, e nos confirma a ideia do fazer artístico que “é uma atividade intelectual, uma atividade criativa, uma construção”¹⁹⁹. Segundo Paul Tillich “as palavras não mais comunicam o sentido original do que queriam dizer quando foram inventadas”, portanto, a cidade encantada recebe a conotação de algo maravilhoso, sublime, extraordinária.²⁰⁰

Para Bastos, Kreutz e Tambara a diversidade cultural é um terreno fértil para justificar a inclusão do Ensino Religioso no currículo nas escolas públicas brasileiras. O que converge com os PCNER ao apresentarem uma proposta pedagógica com base no ideal de fraternidade universal.²⁰¹ O que reafirma a importância do Ensino Religioso para dar respostas às indagações dos seres humanos para desvendar o mistério, a finitude,²⁰² em que a prática educativa se constitui parte das relações e da organização social, tendo em vista que os processos educativos são determinados por interesses antagônicos.²⁰³ O Brasil possui grande

¹⁹⁴ MOREIRA, Lúcia; CARVALHO, Ana M. A. *Família e educação: olhares da psicologia*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 186.

¹⁹⁵ MOREIRA, Lúcia; CARVALHO, Ana M. A. *Família e educação: olhares da psicologia*. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 186.

¹⁹⁶ TILLICH, Paul. *Teologia da Cultura*. Trad. de Jaci Maraschin. São Paulo: Fonte Editorial, 2009. p. 102.

¹⁹⁷ STEIDEL; VICENTINE; BILIK; SANTOS; SILVA; SPECK; GRABOUSKI, 2002, p. 1402.

¹⁹⁸ TILLICH, 2009, p. 101.

¹⁹⁹ PENNA, 2008, p. 18

²⁰⁰ TILLICH, 2009, p. 97.

²⁰¹ BASTOS; KREUTZ; TAMBARA, 2002, p. 70.

²⁰² OLIVEIRA; TERRA; SOUZA, 2015, p. 60.

²⁰³ LIBÂNEO, 1992, p. 44.

diversidade religiosa²⁰⁴, que converge para assegurar liberdade de culto e o respeito a toda fé, reafirmando a laicidade.²⁰⁵

A “cidade encantada” foi abençoada pela Virgem Santa, a Virgem Maria, mãe de Jesus, que no dogma cristão católico e ortodoxo ocupa lugar de importância e, também, recebe outros codinomes, como Mãe Santíssima, Mãe de Deus, Virgem Maria, Nossa Senhora e ainda, Santíssima Virgem. Angelita Correa Oliveira, diz que as diversas religiões que compõem a diversidade religiosa têm grande importância na formação da sociedade brasileira, nos aspectos históricos, sociológico, políticos dentre outros.²⁰⁶

Croatto²⁰⁷ explica que o ser humano religioso se comporta de forma especial e cita Mircea Eliade²⁰⁸ “acrescentando que independente do contexto histórico, o *homo religiosus* acredita que exista uma realidade absoluta, o *sagrado*”. Assim, acontece com os devotos de Nossa Senhora da Penha, sobem o penhasco em devoção, em agradecimento, em busca de milagres, de renovo da fé. Não há nada que abale este comportamento, que é algo intrínseco a sua existência, em busca do que é transcendente, e se constitui em uma experiência humana condicionada por sua forma de ser e pelo contexto histórico e cultural ²⁰⁹. É desta forma que acreditam que podem ser abençoados.

3.4.2 *Hino do município de Vitória*

O hino de Vitória tem no seu estribilho os seguintes versos:

Vitória
Minha querida Vitória
És a cidade presépio
Orgulho do meu coração!

Neste estribilho, a noção de lugar especial, “cidade presépio”, é um cognome recebido, no século XX, do médico e jornalista Areobaldo Léllis, quando da publicação de uma crônica publicada na revista Vida Capixaba, conforme trecho transcrito a seguir:

E Vitória parecia mesmo um presépio, um lindo presépio construído entre as montanhas e o mar, presépio que ainda mais belo se tornava à noite, com a

²⁰⁴ JACOOB; HEES; WANIEZ; BRUSTEIN, 2003, p. 140.

²⁰⁵ FOLHA DE SÃO PAULO, 2019, p. 2.

²⁰⁶ OLIVEIRA, 2011, p. 35.

²⁰⁷ CROATTO, 2001, p. 58.

²⁰⁸ MIRCEA ELIADE. Lo sagrado e lo profano. 1967. p. 170. *apud* CROATTO, 2001, p. 58.

²⁰⁹ CROATTO, 2010, p. 41.

iluminação feérica e colorida dos logradouros, tendo, fizesse luar, a lua como que caída do alto de seus montes para boiar nas águas mansas da baía. Autêntica maravilha da natureza, joia de arte como cidade pequena, mas administrativamente moderna.²¹⁰

Quanto conhecimento não conhecido, superando o senso comum, compartilha-se a descoberta com os interessados. Um cognome de reconhecimento nacional e internacional, mas, ‘desconhecido’ pela maioria dos capixabas, mas cabe às instituições escolares a oportunidade para trabalhar o imaginário religioso nos hinos cívicos da municipalidade, além de poder expandir a temática aos hinos cívicos e canções populares, recebendo valiosas e significativas aprendizagens.

O verso “Que Santo Antônio proteja” refere-se ao bairro Santo Antônio, terra sagrada, porque foi considerado o berço histórico de Vitória, porque lá desembarcou pela primeira vez o colonizador português e, também, devido ao fato de se localizar o cemitério em que repousa o Santo Antônio. Sendo que para chegar até lá, historicamente, utilizava-se o bondinho.²¹¹

Uma prece em meio ao hino cívico significa que a crença consiste num rito ou num hábito já internalizado ou que se deseja internalizar no outro. Contudo, trabalhar com essas informações, oferece “elementos que, pedagogicamente, contribuem com a convivência social, pois o estudante vai contar com instrumentos analíticos que possibilitam o discernimento dos comportamentos e da função da religião na sociedade e em suas próprias opções como cidadão”²¹², e para tal José Carlos Libâneo afirma que a prática educativa faz parte das relações e da organização social²¹³ e, também, porque a música inclui manifestação de crenças e identidades.²¹⁴

A análise sobre as manifestações do sagrado possibilita ao/a aluno/a a compreensão do fenômeno religioso como fato cultural e social, promovendo respeito às diferenças nas relações sociais.²¹⁵ Presépio é considerado como símbolo de uma importante data religiosa do cristianismo, utilizada no texto do hino da cidade de Vitória a palavra remete que o sagrado é essencialmente uma relação entre o sujeito (o ser humano) e um termo (Deus), relação que se visualiza ou se mostra em um âmbito (a natureza, a história, as pessoas) ou em objetos,

²¹⁰ FARIA, Willis de. *Vitória: Cidade presépio*. Por quê? De olho na ilha: um tabloide digital. 05 ago. 2011. Disponível em: <<http://deolhonailha-vix.blogspot.com/2011/08/vitoria-cidade-presépio-por-que.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

²¹¹ EDINGER, Claudio. *Vitória: 450 anos de história e cultura*. São Paulo: A Books, 2001. p. 123.

²¹² PASSOS, 2007, p. 20-21.

²¹³ LIBÂNEO, 1992, p. 44.

²¹⁴ PINTO, 2001, p. 18.

²¹⁵ AZEVEDO, 2008, p. 20.

gestos, palavras, etc. Sem essa relação, nada é sagrado.²¹⁶ Algumas religiões utilizam dessa linguagem religiosa como, por exemplo, a Religião Católica; e que é muito representado no interior das igrejas e, também, com miniaturas no interior das residências católicas.

Santo Antônio, por sua vez, como a ‘Virgem Santa’, também é considerado santo pelo dogma cristão católico.

É considerado padroeiro dos amputados, dos animais, dos estéreis, dos barqueiros, dos idosos, das grávidas, dos pescadores, agricultores, viajantes e marinheiros; dos cavalos e burros; dos pobres e dos oprimidos; é padroeiro de Portugal, e é invocado para achar-se coisas perdidas, para conceber-se filhos, para evitar naufrágios, para conseguir casamento. A devoção popular o colocou entre os santos mais amados do Cristianismo, cercou-o de riquíssimo folclore e lhe atribui até os dias de hoje inúmeros milagres e graças.²¹⁷

Pode-se dizer que o compositor expressa sua devoção ao invocar pela ajuda dessa figura, considerada santa, segundo sua religiosidade. A proteção não vem de qualquer lugar, coisa ou pessoa. Sinônimo de abrigo e refúgio,

As palavras são sinais de sentidos que expressam. [...]. Mas há palavras em todas as línguas que são mais do que isso. Quando adquirem conotações além do que indicam como sinais, tornam-se símbolos; trata-se de importante decisão de quem fala.²¹⁸

Nesse sentido ao usar o verbo ‘proteger’ em conexão com Santo Antônio, o compositor, mesmo que inconscientemente, o fez associado ao poder transcendente de um ‘santo’, que se fosse associá-lo como símbolo, sua função seria representativa, ou seja, “o símbolo representa algo além dele, com o qual se relaciona e em cujo poder e sentido participa”.²¹⁹

Os hinos cívicos municipais dos municípios de Vila Velha e de Vitória, portanto, apresentam no seu contexto poético registros do imaginário religioso. Que por sua vez, significam aspectos conflituosos, tendo por premissa a busca pela autonomia e neutralidade, elementos que precisam estar presentes na laicidade da escola de Educação Básica. Dessa forma, a laicidade surgiu em oposição à Igreja Católica como força política e orientadora de valores, currículo e educação.²²⁰ Para Cury a laicidade é para além da separação da Igreja e do Estado, pois permeia a “aceitação da vida sociopolítica como autoprodução humana. Essa

²¹⁶ CROATTO, 2001, p. 61.

²¹⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ. *Santo Antônio*. Disponível em: <<http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1250>>. Acesso em: 28 abr. 2020. p. 01.

²¹⁸ TILLICH, 2009, p. 99.

²¹⁹ TILLICH, 2009, p. 100.

²²⁰ BREPOHL, 2016, p. 128.

separação é condição para romper com uma visão organicista da sociedade em prol de uma concepção democrática”²²¹. Ao fazer referência aos signos de um dogma em detrimento de outros, abre-se espaço para que a diversidade seja discutida, oportunidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que tendem a superar a intolerância e o preconceito numa sociedade tão racional e pouco religiosa.



²²¹ CURY, 2018, p. 316.

CONCLUSÃO

No presente estudo, cujo tema buscou analisar a presença do imaginário religioso em hinos oficiais capixabas, as análises foram embasadas através de pesquisa bibliográfica tornando-se imprescindível e como aporte teórico a análise da representação do imaginário religioso através das letras dos hinos cívicos da cidade de Vila Velha e da cidade de Vitória. Constatou-se que os hinos cívicos representam parte da história destas cidades ou sociedade, tornando-se referência e demarcando identidade cívica, numa perspectiva de identidade cultural, nacional e territorial.

Nesse contexto, registra-se que a música demonstra a cultura e vida de um povo, sua existência é de longa data, perpassando por várias civilizações e desde a Grécia Antiga veio se aproximando da Educação. Compreendida como uma das formas mais harmônicas de comunicação e, ao considerá-la como forma de comunicação, em que significa, também, manifestação de crenças e identidades, de caráter universal, cultural e social.

A música é uma das formas mais harmônicas de comunicação e por ela é possível a manifestação de crenças e identidades, de caráter universal, cultural e social. A música demonstra a cultura agregando valor à educação com suas representações culturais do imaginário ao lado da historicidade e interculturalidade. O que idealiza as expressões culturais simbólicas ao retratarem a história, facilitando a compreensão do imaginário religioso. É nesse sentido, que os hinos oficiais são utilizados como recurso metodológico, a partir da perspectiva de que a música é considerada em um processo lúdico, de movimento e de brincadeiras para ampliar o processo de ensino-aprendizagem das crianças, uma vez que proporciona a exploração de vários sentidos capazes de permitir à criança se transportar para um mundo imaginário e criativo.

A educação se constitui como um processo amplo que transcende os muros da instituição escolar e deve ser trabalhada independente da formação do/a professor/a, tendo em vista que a criança aprende por meio de processos lúdicos e brincadeiras. Exatamente na interação da música com a educação e o Estado que surge a hinologia, sempre retratando o território, o povo, a cultura, a história e, por que não, a religiosidade. Apesar da laicidade do Estado, conforme prevista em legislação no interior das instituições escolares, torna-se inviável não trazer à tona a discussão em torno da religião e do imaginário religioso, tendo em vista que, a música inserida é constituída de elementos religiosos e históricos que precisam ser vislumbrados como o fenômeno religioso.

O Ensino Religioso constitui-se parte da formação do ser humano e é uma área de

conhecimento com pontos polêmicos na definição dos conteúdos, ou seja, das unidades temáticas, na construção do currículo prescrito e vivido, de forma inclusiva e democrática. Entende-se que os procedimentos metodológicos no ER devem possibilitar a relação dialética e o fazer pedagógico, permitindo a interação e o diálogo no processo de construção e socialização do conhecimento, levando em consideração os seguintes princípios: valores éticos, sociais, políticos e religiosos.

Neste campo, os PCNs específicos do Ensino Religioso destacam-se por eixo temático, culturas e tradições religiosas, textos sagrados, teologias e ritos em forma didática que permita esta contextualização na aprendizagem, a fim de que cada aluno/a possa vivenciar e crescer respeitando diferenças; estabelecendo diálogo, aprendendo a conviver de forma pacífica, aprofundando as razões históricas de sua tradição religiosa; entendendo o sentido da vida a partir das respostas elaboradas pelas tradições religiosas e esta diversidade cultural apresenta terreno fértil para incluir Ensino Religioso no currículo, corroborando com os PCNER na busca por um ideal de fraternidade universal cujo conceito de tolerância deve ser promovido em busca da efetiva paz.

Não bastasse o componente curricular de ER também se apresenta nos PCNER a ética como um dos eixos organizadores para os blocos de conteúdo, ao se trabalhar a ética da alteridade, a dialogicidade, os valores e os limites como conteúdos. Essa disciplina se torna área do conhecimento adequado para abordar temas específicos, tais como o respeito à diversidade e, como resultado, a inclusão do/a aluno/a com deficiência no ambiente escolar.

Música e educação ao lado da historicidade e interculturalidade idealizam expressões culturais simbólicas que são capazes de facilitar a compreensão do imaginário religioso. Foi exatamente a partir do estudo da música cívica na educação, que foi possível se analisar expressões utilizadas que nos proporcionou identificar alguns aspectos do imaginário religioso expressos nos hinos cívicos citados anteriormente nesta pesquisa como, por exemplo: “colina sagrada”, “virgem Santa abençoou”, “cidade encantada”, “cidade presépio” “Que Santo Antônio proteja”, com estes exemplos busca-se evidenciar a presença de elementos do imaginário religioso, presentes no cotidiano da educação capixaba e que parece estarem associados às crenças deste povo, tendo como referência o Ensino Religioso como Componente Curricular que aponta a transformação, não só educacional, mas, também, cultural da sociedade. Além disso, considera-se também o conceito de identidade cultural, que está associado ao patrimônio cultural e é formado por elementos harmoniosos entre si, consistindo em bens materiais – maneiras de viver, e espirituais – maneiras de pensar; que estão relacionadas à variedade de grupos étnicos em coletividades específicas.

O Hino Municipal de Vila Velha e o Hino Municipal de Vitória são importantes símbolos de civismo e como proposto no título deste estudo, ambos mostraram a evidência de um imaginário religioso. As análises realizadas nas letras dos hinos possuem indicações das respostas às questões levantadas neste estudo, conduzindo a inserção de novos e inéditos significados ao presente tema. A musicologia capixaba, a história, a linguagem do simbolismo, e os elementos do imaginário devem ser constantemente revisitados, já que: o processo de ensino-aprendizagem se apropria da riqueza oferecida pela cultura capixaba e suas municipalidades e os cotidianos educativos podem buscar promover, o diálogo com a educação, a música e a religião, trazendo reflexões, a respeito da hinologia cívica capixaba.

Diante da produção acadêmica desse estudo, registra-se que houve a possibilidade de aprofundamento teórico, a visualização de imaginário religioso dos hinos pesquisados, a confirmação de que a música e a hinologia são recursos metodológicos que contribuem para o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem das crianças, dentre outros aspectos.

A análise dessas categorizações elucidada que a religiosidade na utilização dos hinos cívicos no contexto escolar, está impregnada na formação do ser humano, na constituição dos territórios, na diversidade religiosa, nas linguagens estabelecidas, no contexto sócio-histórico, favorecendo, desta forma, a possibilidade de debate deste importante tema para valorizar a evolução da discussão acerca do imaginário religioso na sociedade de um modo geral. Contudo, se valida novas possibilidades para pesquisas referentes à disciplina de ER, uma vez que com os dados aqui apresentados fica aberta a discussão sobre a temática.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA. *União de fé: cidade lidera número de evangélicos e de católicos*. 22 mai. 2010. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/05/641423-uniao+de+fe+cidade+lidera+numero+de+evangelicos+e+de+catolicos.html>. Acesso em: 02 out. 2019.
- ABREU, Roberto. *A origem do calendário da Festa da Penha*. Casa da Memória, 2012. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/a-origem-do-calendario-da-festa-da-penha-por-roberto-abreu.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- ABREU, Vanessa Kern. *Educação Moral e Cívica: Disciplina escolar e doutrina disciplinar – Minas Gerais (1969 – 1993)*. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2008.
- ALMEIDA, Paulo Nunes de. *Educação lúdica: prazer de estudar, técnicas e jogos pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 2003.
- AMARAL, Tânia Conceição Iglésias. *Análise dos parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras*. Maringá: UEM, 2003.
- ANDRADE, Mario de. Macunaíma. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Identidade cultural, identidade nacional no Brasil*. *Tempo Social*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 29-46, 1989.
- ANDRADE, Paulo. *Etimologia da palavra música*. 2008. Disponível em: <<http://asadamusica.blogspot.com/2008/09/etimologia-da-palavra-msica.html>>. Acesso em: jan. 2020.
- ARAÚJO, Alberto Filipe; ALMEIDA, Rogério de. Fundamentos metodológicos do imaginário: mitocrítica e mitanálise. *Revista Têssera*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 18-42, jul./dez. 2018.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. *Indagações sobre currículo: educandos e educadores – seus direitos e o currículo*. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/PL/72950-084052809512032019-assinado.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- AZEVEDO, Thales de. *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BASTOS, Ana Cristina de Almeida Cavalcante. *Formação do professor do Ensino Religioso e os saberes necessários para uma educação inclusiva*. João Pessoa: UFPB, 2018.
- BASTOS, Maria Helena Câmara; KREUTZ, Lúcio; TAMBARA, Elomar (Orgs.). *Histórias e memórias da educação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Seiva Publicações, 2002.
- BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- BÍBLIA DE ESTUDO DE GENEBRA*. São Paulo: Cultura Cristã; Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BORGES, Vera L. A. Projetos pedagógicos praticados na Escola estadual de Uberlândia – 1920-1960. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1. *Anais...* Niterói: [s. n.], 2001, [s. p.].

BRANDÃO, Helena H. Naganime. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Unicamp, 2004.

BRASIL, *Base Nacional Curricular Comum*, Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*. Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

BRASIL. Guia do Enem. Anos 70. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/anos-70>>. Acesso em: 11 abr. 2020. [s. p.]

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 2.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a Educação Infantil*. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Educação Básica. Diretrizes Curriculares. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 8 ago. 2018.

BREPOHL, Marion. Estado laico e pluralismo religioso. *Estudos de religião*, v. 30. n. 1, p. 127-144, jan./abr., 2016.

BRITO, Teca Alencar de. *Música na Educação Infantil*. São Paulo: Petrópolis, 2003.

CARON, Lurdes. Políticas e Práticas Curriculares: formação de professores de ensino religioso. Tese de doutorado em Educação. PUCSP, São Paulo, 2007. In: OLIVEIRA, Angelita Correa. *Ensino Religioso na educação básica: desafios e perspectivas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Uruguaiana: PUC-RS, 2011.

CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 2001.

COSTA NETO, Libanio Lopes. *Um estudo sobre o estado laico e o Ensino Religioso no município de Santarém/PA, 2008-2014*. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Faculdade Unida de Vitória, Vitória, 2015. p. 60.

CUNHA, Clera Barbosa; BARBOSA, Cláudia. O Ensino Religioso na escola pública e suas implicações em devolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios. *Revista Sacrilegens – Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Religião*, Juiz de Fora: UFJF, v. 8, n. 1, p. 164-181, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2011/02/8-12.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A formação de professores e a laicidade no ensino superior. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 27, n. 65, p. 311-327, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ensino Religioso e escola pública: o curso histórico de uma polêmica entre a igreja e o estado no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 17, p. 20-37, 1993.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; KLEIN, Remi. Ensino Religioso e o diálogo inter-religioso nas escolas públicas: um desafio a ser enfrentado. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 36, jan./abr. 2015, p. 66. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2425/2321>>. Acesso em: 5 abr. 2019

DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DALLARI, Dalmo. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Editora Saraiva. 1998.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt; LUI, Janayna de Alencar. *O Ensino Religioso e a interpretação da lei*. Porto Alegre: PUC-RS, 2005.

EDINGER, Claudio. *Vitória: 450 anos de história e cultura*. São Paulo: A Books, 2001.

ELIADE, Mircea. Lo Sagrado e lo profano. 1967, p. 170. In: CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 2001.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FARIA, Willis de. *Vitória: Cidade presépio*. Por quê? De olho na ilha - um tabloide digital. 05/08/2011. Disponível em: <<http://deolhonailha-vix.blogspot.com/2011/08/vitoria-cidade-presepio-por-que.html>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERREIRA, Amauri Carlos; NORONHA, Vânia. O imaginário entre fronteiras da educação e da religião. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte, v. 15, n. 45, p. 68-91, jan./mar. 2017.

FERREIRA, Amauri Carlos; NORONHA, Vânia. *O imaginário religioso e modos de vida urbana: experiência da juventude católica em Belo Horizonte-Minas Gerais, anos 80*. São Paulo: UESP, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FISCHER, Leonardo. Ideias de civismo, educação e cidadania. *Revista Jus Navigandi*, fev.

2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64277/ideias-de-civismo-educacao-e-cidadania>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. A diversidade religiosa no Brasil. Fotografia. 10. mai. 2019. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1633179524437107-a-diversidade-religiosa-no-brasil>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GARDNER, Howard. Inteligência Musical. In: GARDNER, Howard. *Estruturas da Mente: a teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 1994.

GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas a teoria na prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GARDNER, Howard. O cientista das inteligências múltiplas. In: FERRARI, Márcio. *Nova Escola*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1462/howard-gardner-o-cientista-das-inteligencias-multiplas>>. Acesso em: 01 out. 2019.

GONÇALVES, Alonso S. Ensino Religioso na escola pública: razões para sua (in)viabilidade. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 38, mai./ago. 2015, Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

GRANJA C. E. S. C. *Musicalizando a escola: música, conhecimento e educação*. São Paulo: Escrituras, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, 2019. *Cidade e estados*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/vila-velha.html>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO DE ESTATÍSTICA, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

JACOB, César Romero; HEES, Dora Rodrigues; WANIEZ, Philippe; BRUSTEIN, Violette. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2003.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Formação Docente. Diálogo. Revista do Ensino Religioso, n. 45, fev. 2007. In: OLIVEIRA, Angelita Correa. *Ensino Religioso na educação básica: desafios e perspectivas*. Trabalho de Conclusão de Curso. PUC-RS. Uruguaiana, 2011.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *Uma ciência como referência: uma conquista para o Ensino Religioso*. REVER, ano 15, n. 2, jul./dez. 2015.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; FRACARO, Edile Maria Rodrigues. História da formação do professor de Ensino Religioso no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, v. 3, n. 9, p. 29-32, jan. 2011.

LEMOS JÚNIOR, Wilson. O ensino do canto orfeônico na escola secundária brasileira (décadas de 1930 e 1940). *Revista HISTEDBR On-Line*. Campinas, n. 42, p. 279-295, jun. 2011.

LEMOS, Maya Suemi. Música nas escolas: ações da Funarte em prol da implementação da Lei 11.769. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 24, n. 117, set. 2010.

LETRAS. *Site Hinos De Cidades*. Disponível em: <letras.com.br/hinos-de-cidades/hino-de-velha-velha>. Acesso em: 28 abr. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTELLI, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna: entre a secularização e a dessecularização*. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARTINS, R. P. L. *Educação musical: conceitos e preconceitos*. Rio de Janeiro: FUNARTE - Instituto Nacional de Música, 1992.

MOREIRA, Lúcia; CARVALHO, Ana M. A. *Família e educação: olhares da psicologia*. São Paulo: Paulinas, 2008.

MOREIRA, Lúcia; CARVALHO, Ana M. A. *Família e educação: olhares da psicologia*. São Paulo: Paulinas, 2008.

NÓVOA, Antônio. *Formação de professores e profissão docente*. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

OLIVEIRA, Angelita Correa. Ensino Religioso na educação básica: desafios e perspectivas. *Revista da Graduação*, Uruguaiana, v. 5, n. 1, p. 24-25, 2012.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. UNICEF/Brasil, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em: 8 ago. 2018.

PASSOS, João Décio. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEDROSO, Crislaine de Andrade; BARRETO, Jaqueline Muniz; MALAQUIAS, Joseli de Souza Santos; PINTO, Luciana de Miranda. *Papel do brinquedo no desenvolvimento infantil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

PENNA, Maura. *MÚSICA(S) e seu ensino*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PIAGET, Jean. *A formação social do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e música. Questões de uma Antropologia Sonora. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 18, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012001000100007>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PLÁCIDO, Gilmara Duarte; RABELO, Giani. *Guia de Civismo: o papel da Igreja Católica na formação moral dos/das estudantes brasileiros/as*. 1969. Educação, linguagem e memória. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, p. 1-7, 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ. *Santo Antônio*. Disponível em: <<http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1250>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. *Hino de vila velha ganha clipe com os alunos de escola municipal de Boa Vista*. Disponível em: <<https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2015/05/hino-de-vila-velha-ganha-clipe-com-os-alunos-de-escola-municipal-de-boa-vista-6742>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. *Lei nº 3.103, em 08 de setembro de 1995*. Torna obrigatório o canto dos Hinos Nacional brasileiro, do Estado do Espírito Santo e do Município de Vila Velha nas Escolas da rede Municipal de Ensino. Disponível em: <leismunicipais.com.br/a1/es/v/vila-velha/lei-ordinaria/1995/310/3103/lei-ordinaria-n-3103-1995-torna-obrigatorio-o-canto-dos-hinos-nacional-brasileiro-do-estado-do-espírito-santo-e-do-município-de-vila-velha-nas-escolas-da-rede-municipal-de-ensino>. Acesso em: 11 abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Conheça os hinos da cidade de Vitória. 28 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/conheca-os-hinos-da-cidade-de-vitoria>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *História de Vitória*. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/cidade/historia-de-vitoria>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. Tempo social. *Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 1, p. 29-46, 1989.

RIBEIRO, Paulo Silvino. "Os anos 80 no Brasil: aspectos políticos e econômicos". *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/os-anos-80-no-brasil-aspectos-politicos-economicos.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RISKE-KOCH, Simone; OLIVEIRA, Lilian Blanck de; POZZER, Adecir. *Experiências em cursos de ciência(s) da(s) religião(ões) no Brasil*. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2017.

SANTOS, Rodrigo Oliveira dos. Ciência da religião e transposição didática: compreensão e impacto no Ensino Religioso. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*, v. 9, n. 1, p. 30-55, 2018.

SAVIANE, Dermeval. *A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas*. São Paulo: Editores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SEKEFF, M. L. *Da música, seus usos e recursos*. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

SEPÚLVEDA, Denize; SEPÚLVEDA, José Antônio. A disciplina Ensino Religioso: história, legislação e práticas. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 42, n. 1, p. 177-190, jan./abr. 2017.

SILVA, Elielson das Neves da. *O Ensino Religioso e a formação de professores de Vila Velha*. Vitória: Faculdade Unida, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SMARJASSI, Célia. Ensino Religioso e a gestão educacional: uma análise a partir da ética complexa de Edgar Morin. *Revista Pistis & Praxis, Teologia e Pastoral*, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 497-519, mai./ago. 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. *Múltiplas inteligências na prática escolar*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação à Distância, 1999.

SOUZA, Carlos Eduardo; JOLY, M^a Carolina Leme. A importância do ensino musical na educação infantil. *Cadernos da Pedagogia*, São Carlos, ano 4, v. 4, n. 7, p. 98, jan./jun. 2010.

SOUZA, Eloá Franco. *Alfabetização e o lúdico: a importância dos jogos na educação fundamental*. Lins: Unisaesiano, 2013.

STEIDEL, Rejane; VICENTINE, Cláudia; BILIK, Aline; SANTOS, Nardine Peppe; SILVA, Fernando dos Santos; SPECK, Keli Adriana de Souza; GRABAUSKI, Rosilda da Silva. *O processo de construção do conhecimento e a atividade lúdica na formação da criança*. Guaratuba: ISEG, 2002.

TERCEIRA PONTE NEWS. *Convento da Penha: Patrimônio histórico e cultural do capixaba*. 29 ago. 2016. Disponível em: <<http://terceirapontenews.com.br/convento-da-penha-patrimonio-historio-e-cultural-do-capixaba/>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

TILLICH, Paul. Trad. De Jaci Maraschin. *Teologia da Cultura*. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

VELOSO, Caetano. *Love, Love, Love*. Rio de Janeiro. Universal Music International Ltda. 2018. Suporte. Duração: 2:59.

VIEIRA, Liszt. Cidadania Global e Estado Nacional. *Dados – Rev. de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 395-419, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581999000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2020.

VIEIRA, Liszt. Cidadania Global e Estado Nacional. *Dados – Rev. de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 395-419, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2020.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALLON, Henri. *Do ato ao pensamento*. São Paulo: Vozes, 2016.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ZAGONEL, Bernadete. *Brincando com a música na sala de aula: jogos de criação musical usando a voz, o corpo e o movimento*. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAGURY, Tania. *O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ZISKIND, Hélio. *Bio*. Disponível em: <<http://www.helioziskind.com.br/index.php?mpg=17.00.00&ver=por>>. Acesso em: 02 out. 2019.

